

Sob polêmica, Senado cria CPI para investigar Petrobras

O requerimento que cria a CPI da Petrobras foi lido sexta-feira em Plenário, um dia depois da sessão encerrada sob protestos do PSDB, principal defensor da investigação. A instalação foi confirmada apenas à meia-noite de sexta, quando terminou o prazo para retirada de assinaturas de apoio à CPI.

página 12



Alunos consultam lista de aprovados no vestibular da UnB: novas regras mudarão acesso à universidade

mobilização

Oito horas de vigília em defesa da Amazônia

Parlamentares, artistas, ambientalistas e índios realizaram uma vigília no Plenário, entre 19h de quarta-feira e 3h da madrugada de quinta, em favor da Amazônia. Cerca de 8.300 mensagens foram enviadas pela população durante o ato.

páginas 10 e 11

O centenário vestibular pode estar perto do fim

O MEC está mudando a forma de ingresso na universidade pública. No lugar do vestibular, um único teste seria realizado em todo o país, permitindo ao aluno pleitear uma vaga em qualquer instituição federal. É o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já aderiram à proposta 31 universidades federais.

páginas 8 e 9

poupança

Novas regras terão de passar pelo Congresso

A tributação das cadernetas de poupança com saldo acima de R\$ 50 mil, a partir de janeiro de 2010, precisa ser aprovada pelo Congresso para entrar em vigor. As mudanças foram anunciadas quarta-feira pelo governo.

páginas 6 e 7

senado

Propostas da FGV entram em vigor em 60 dias

página 13

e mais...

agora é lei	4
projetos aprovados	5
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



cidadania

Saiba o que fazer em caso de inundações

As chuvas nas últimas semanas deixaram mais de 200 mil pessoas desalojadas e cerca de 100 mil desabrigadas no Norte e Nordeste. A Secretaria Nacional de Defesa Civil tem várias recomendações para enfrentar e prevenir enchentes.

página 16

agenda

Congresso examina 14 vetos polêmicos dia 26

Na lista, está a emenda que estendia às aposentadorias e pensões o reajuste de 16,6% concedido em 2006 ao salário mínimo

O Congresso voltará a se reunir na próxima terça-feira, dia 26, para examinar 14 vetos presidenciais considerados polêmicos por não haver acordo sobre os temas envolvidos. Na sessão realizada semana passada, foram analisados 16 vetos.

Na lista dos que foram adiados, está o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a emenda à medida provisória que reajustou em 16,67% o salário mínimo de 2006, para estender o mesmo percentual a aposentados e pensionistas.

Autor da proposta, o senador Paulo Paim (PT-RS) concordou com o adiamento depois de cobrar dos líderes governistas, em sessão marcada por acirrados debates, a definição da data da nova reunião do Congresso. Paim defendeu ainda que os vetos polêmicos sejam votados um a um, pelo sistema de painel – e não por cédulas.

Paim acredita que o acordo foi vantajoso, pois se os vetos mais polêmicos tivessem sido analisados junto aos demais, por votação em bloco, acabariam aprovados – inclusive o que impediu a aplicação do reajuste aos aposentados.

– Temos agora um pouquinho mais de esperança. Na votação



Autor da emenda, Paulo Paim afirma ter “um pouquinho mais de esperança” na derrubada do veto se for votado um item de cada vez e pelo sistema de painel

veto por veto, indo para o debate, com argumentos contra e a favor, há muito mais chance de a gente derrubar o veto – animou-se Paim, em discurso acompanhado da galeria por aposentados provenientes de diversos pontos do país.

Também foram adiados os vetos parciais aos projetos que criaram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), além do veto total ao projeto que cria complementação de

aposentadoria para servidores da Empresa de Correios e Telégrafos. Os 16 vetos analisados alteraram projetos que versam sobre os mais diferentes temas, como a criação de novas profissões e de novas áreas de livre comércio. A apuração fica a cargo da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), que anunciou semana passada a manutenção dos 952 vetos apreciados na primeira rodada de votações, realizada em 6 de maio.

CAS realiza debate sobre programa de saúde mental

O atendimento em saúde no Brasil, em especial as dificuldades que a população enfrenta ao recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS), vai ser tema de ciclo de debates organizado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O primeiro deles será realizado nesta terça-feira e vai tratar da Política Nacional de Saúde Mental.

Para essa primeira audiência, foram convidados o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Hélio Lauar de Barros, a professora de psiquiatria da Es-

cola Paulista de Medicina Helena Calil, o presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, Antonio Geraldo da Silva, além de um representante a ser indicado pelo Ministério da Saúde.

A proposta de realizar as audiências partiu da presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), como forma de aglutinar solicitações dos senadores Flávio Arns (PT-PR), Inácio Arruda (PCdoB) e Augusto Botelho (PT-RR) para discutir aspectos específicos do funcionamento do SUS.

ATUAÇÃO DO CNMP

O papel do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estará em discussão nesta quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que vota, no mesmo, dia 12 indicações para a composição do órgão. Cabe ao conselho controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público da União e os dos estados, além de supervisionar a conduta funcional de seus membros.

Depois de passar pela CCJ, as indicações são votadas em Plenário. Na próxima quarta-feira, a CCJ sabatina 14 indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

VENEZUELA NO MERCOSUL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizará audiência pública, em data a ser marcada, para discutir pela terceira vez o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O debate foi proposto por Fernando Collor (PTB-AL). Devem ser ouvidos o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, o jurista Ives Gandra da Silva Martins e os cientistas políticos Fabiano Santos e Regina Soares de Lima, ambos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A adesão já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

ERRATA

Ao contrário do que foi publicado na edição nº 3.015/217, de 11 de maio, o e-mail usado pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS) para receber pedidos de informação a respeito das denúncias de irregularidades no Senado é imprensasenado@senado.gov.br.

comissões

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde mental – Audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento de Saúde para debater a política nacional de saúde mental. Estão convidados a professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina Helena Calil; os presidentes da Associação de Psiquiatria de Brasília, Antônio Geraldo da Silva, e da Associação Brasileira de Psiquiatria, Hélio Lauar de Barros; e representante do Ministério da Saúde.

9h30 – AGRICULTURA

Agronegócio – Debate com a presença dos presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, sobre medidas adotadas pelo governo na liberação de recursos para minimizar o impacto da crise internacional no agronegócio brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/10.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Incentivos – Na pauta, projeto que estabelece incentivos às políticas voltadas para os jovens, executadas pelas

entidades privadas sem fins lucrativos.

11h – EDUCAÇÃO

Ancine – A comissão examina três indicações presidenciais para a Agência Nacional do Cinema (Ancine): Manoel Rangel Neto para exercer o cargo de diretor-presidente; e Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves para exercerem o cargo de diretor.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Consumidor – Na pauta, cinco avisos de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União. Entre os projetos, proposta que garante ao consumidor o direito de examinar os produtos adquiridos no ato da compra e não apenas uma amostra disponível para demonstração.

14h – CPI DA PEDOFILIA

Debate – Audiência pública com a presença do secretário executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Benedito Rodrigues dos Santos, e do representante do Instituto Childhood WCF – Brasil, Itamar Gonçalves.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Voz do Brasil – Entre os 47 itens

incluídos na pauta, 39 são projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV. O primeiro item da pauta altera a lei que instituiu a obrigatoriedade da transmissão do programa *Voz do Brasil* pelas emissoras de rádio.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Indicações – Na primeira parte da reunião, a comissão analisa projeto que trata do plano de carreira do Tribunal de Contas da União. Depois, senadores examinam 14 indicações para compor o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Previdência – O ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, participa de audiência pública para debater políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Previdência Social ao longo de 2009.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

Biodiesel – A comissão vota projeto que estabelece linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
Pauta trancada – Antes de deliberar sobre qualquer outra matéria, os senadores devem tratar de quatro projetos de lei de conversão (PLVs 5 a 8, provenientes das medidas provisórias 452 a 455), além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro deste ano.

Quarta-feira

11h – Sessão especial
Homenagem – Comemoração dos 20 anos de fundação da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

14h – Sessão não deliberativa

utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.

9h30 – MEIO AMBIENTE

Água – Audiência pública sobre a implementação e os resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Europeia, que entrou em vigor em 2000 e estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Estão convidados os presidentes do Instituto da Água em Portugal, Orlando Borges, e da Agência Nacional de Águas, José Machado.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Dublagem – O primeiro projeto em pauta inclui os dubladores na categoria de executantes ou intérpretes.

Sexta-feira

14h30 – CPI DAS ONGS

Depoimento – A comissão ouve Fabio Rodrigues Rolim (IBDS), Luiz Alceste Del Cistia Thonon e Nelson Antonio Pereira Camacho (Uniempp), Cleônidas de Sousa Gomes (MI Management) e Nair Queiroz Blair (Angrhamazonica).

decisões

CPI da Pedofilia quer prisão para quem abusar de crianças

A CPI da Pedofilia apresentou, semana passada, projeto para criminalizar o abuso a crianças que foram “tocadas de maneira imprópria” sem que necessariamente tenha havido conjunção carnal.

– O projeto descaracteriza essa história de o sujeito que “passou a mão” na criança alegar que não cometeu nenhum crime – disse o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES).

A CPI também decidiu analisar novamente o PLS 275/08, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e torna crime aliciar, facilitar ou induzir menor à exploração sexual ou prostituição. O Ministério da Justiça sugeriu modificações ao projeto, como a prisão temporária para quem cometer esse crime.

A CPI propôs ainda o aumento do prazo de prisão para quem fizer apologia e incitação do abuso sexual para seis meses a um ano, o dobro da lei em vigor.

Os sigilos telefônicos dos usuários do *site* de relacionamentos Orkut, da empresa Google, que já tiveram os sigilos telemáticos analisados pela CPI também serão investigados. Os dados devem chegar ao Senado nesta semana para que seja possível identificar os computadores com material pornográfico. A partir daí, a ideia é que a Polícia Federal consiga chegar aos responsáveis.

Outros requerimentos sigilosos, para realização de audiências em Manaus e no Pará, também foram aprovados.

CLASSIFICADOS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que fixa regras para anúncios classificados de oferta de empregos, que deverão conter número de vagas, cargo oferecido, endereço, atividade e razão social da empresa e do responsável pelo anúncio. Autor do projeto (PLS 391/03), o senador Paulo Paim (PT-RS) observa que os anúncios costumam vir sem esses dados e, em muitos casos, apenas o número da caixa postal é indicado.

SUBSTITUIÇÃO

O prestador de serviços que substituir ou retirar, sem autorização do cliente, peça de um produto sujeito a conserto poderá sofrer punição, de acordo com projeto (PLC 143/08) aprovado pela CCJ. A matéria, que altera o Código de Defesa do Consumidor, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Atualmente, apenas quem colocar peças usadas fica sujeito a penalidades.

MUROS DE PROTEÇÃO EM RODOVIAS

A ausência de muros de proteção em pontes, viadutos e curvas perigosas é uma das causas de graves acidentes automobilísticos. Por isso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que autoriza o governo a implantar mecanismos de proteção. O projeto vai a Plenário. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), transformou a proposta (PLC 34/01) em autorizativa, já que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) havia recomendado a rejeição do projeto por especificar técnicas e materiais para as construções.

REPRESENTANTES EM JUÍZO

Proposta aprovada na CCJ (PLC 15/06) estabelece que, em causas de até 20 salários mínimos nos juizados especiais cíveis, a pessoa que representar empresas que forem réis nas ações deve apresentar carta de preposição.

Segundo a relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), a Lei dos Juizados Especiais (9.099/95) determina que pessoas jurídicas devem ser representadas por preposto credenciado, mas não define como comprovar o credenciamento.

PICHADORES

As penas de detenção e multa previstas no Código Penal para pichadores podem ser substituídas pela obrigação de limpar a sujeira. A mudança consta de projeto (410/08) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para que o vandalismo não deve ser considerado uma forma de protesto, mas um ato lesivo ao meio ambiente ou ao patrimônio. A proposta foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente.



Luíza Goes, do governo potiguar, Wellington Dias, governador do Piauí, o ministro Márcio Fortes e o senador Leomar Quintanilha

Ajuda demora a chegar a estados do Nordeste

Na CDR, representantes da região acusam burocracia e pedem que Congresso estude ações preventivas para aliviar os efeitos das alterações climáticas

Representantes de estados do Nordeste atingidos por enchentes pediram na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a desburocratização na liberação de recursos federais para socorrer vítimas de calamidades climáticas, bem como a criação de um fundo nacional para assistência às populações atingidas.

O governador do Piauí, Wellington Dias, defendeu também a criação de fundos estaduais e municipais para atender de forma imediata pessoas atingidas por enchentes ou secas. Ele narrou que apenas recentemente foram liberados R\$ 12 milhões ao Piauí para iniciar a reconstrução de moradias destruídas pela enchente de 2008.

– Fazer habitação para vítimas de enchentes é dez vezes mais complicado do que fazer outro convênio – disse o governador.

O vice-governador do Ceará, Francisco José Pinheiro, afirmou que serão necessários cerca de R\$ 97 milhões para recuperar os estragos das chuvas.

Para os governadores, as catástrofes ambientais, como as que afetam o Nordeste e o Norte, assim como a grave seca por que passa o Sul, devem-se aos efeitos do aquecimento global.

A representante do Rio Grande do Norte, Luíza Goes de Oliveira,

pediu que o Congresso discuta o tema, para sugerir medidas preventivas. Representando o Maranhão, o ex-senador Francisco Corsi propôs que ministérios, como os da Integração Nacional, da Saúde e dos Transportes, respondam de forma solidária aos problemas causados pelas alterações climáticas.

➔ **Leia mais sobre o assunto na página 16.**



Desastres provocados por água preocupam líderes

As políticas públicas a ser adotadas pelo Brasil na gestão de recursos hídricos terão por base recomendações de ministros de Estado de todo mundo participantes do V Fórum Mundial da Água. Entre elas, está a necessidade de prevenir e responder aos desastres ambientais provocados pela água. A informação consta

do relatório da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) sobre os trabalhos do fórum.

Em documento apresentado no encontro em Istambul (Turquia), parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai observam que o aumento da temperatura mundial terá como consequência o aumento da demanda por

água.

O relatório, aprovado pela Subcomissão das Águas, será submetido à Comissão de Meio Ambiente (CMA). Somente então, o relatório será enviado ao Mercosul, à Agência Nacional de Águas (ANA) e às assembleias legislativas estaduais e às câmaras municipais.

Obras são paralisadas por rigor da lei e falhas nos projetos, dizem especialistas do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) paralisa obras por força de lei e não por “implicância” de seus técnicos, afirmou o secretário-geral de Controle Externo do tribunal, Paulo Roberto Wiecher Martins. Porém, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que o governo afirma que obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são prejudicadas pelo

rigor da fiscalização do TCU.

No debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o secretário sugeriu que a lei seja alterada caso as exigências atuais, como licença ambiental e projeto básico criterioso, sejam consideradas excessivas.

O secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, disse que o tribunal, as

empresas e os gestores públicos admitem que há obras licitadas a partir de “esboço” de projeto.

Mendes afirmou que em países onde o índice de corrupção é mais baixo, como Holanda e Dinamarca, existem cem auditores para cada grupo de 100 mil habitantes – no Brasil, são oito auditores.

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que aguarda para ser votado

em Plenário projeto que altera a lei das licitações. A proposta prevê inversão da ordem de análise das propostas de licitações de obras e serviços de engenharia, que seriam iniciadas pelo exame da capacidade técnica e econômico-financeira das empresas, para depois examinar as propostas de preço. Emenda do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) re-

tirou essa possibilidade. Para os representantes do TCU, a inversão da ordem evita desperdício de tempo e pode contribuir para a desburocratização e oferecer maior objetividade aos processos licitatórios.

A iniciativa para o debate do assunto foi do presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL).

saúde

Temporão: gripe suína tem circulação limitada

Ministro da Saúde reitera que recursos são suficientes, estratégia está correta e já existem 54 hospitais preparados para atender pacientes

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que, embora não seja possível prever o comportamento futuro do vírus H1N1 – causador da gripe suína (influenza A) –, a circulação da doença no Brasil é, no momento, limitada. De acordo com boletim divulgado na quarta-feira, mantêm-se os oito casos confirmados da doença no país e 39 pacientes estão sendo monitorados. Foram descartados outros 188 suspeitos de contaminação pela influenza A.

Temporão apresentou um balanço das ações de prevenção e combate à disseminação do H1N1 em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele informou ainda que apenas três laboratórios do país – Fundação Oswaldo Cruz (RJ), Adolfo Lutz (SP) e Evandro Chagas (PA) – estão capacitados para detectar a doença, que atinge mais crianças e adultos jovens. Sobre a produção de uma vacina, disse que o Instituto Butantã (SP) é candidato a fazê-lo, mas como ainda depende da cepa do vírus (a ser fornecida pela OMS) o processo pode levar mais de seis meses para ser concluído.



Ministro Temporão, ao lado de Rosalba Ciarlini, expôs aos senadores também ações contra dengue e malária, além do andamento do Mais Saúde

O ministro sustentou serem suficientes os R\$ 141 milhões de crédito suplementar a serem liberados pelo governo federal para o combate à doença. Lembrou a existência de 54 unidades preparadas para tratar pacientes com o vírus, com 829 leitos disponíveis. O estoque de medicamento para combate ao H1N1 chega a 12.500 kits, sendo metade para adultos e metade para crianças, porém o Ministério da Saúde já negocia a produção de kits para viabilizar mais de 800 mil tratamentos.

Os senadores elogiaram as

ações adotadas pelo ministério para combater não só a gripe influenza A, mas também a dengue e a malária.

Os senadores ainda aproveitaram a audiência pública para analisar as medidas do poder público nessas áreas e a situação do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde); e para defender a aprovação de projeto de lei (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, destinada a assegurar recursos mínimos para financiamento da saúde pública.

Recusa em fazer exame de DNA passará a ser indício de culpa

A recusa em submeter-se a exame de DNA ou a qualquer outro meio científico de prova, para investigação de paternidade, pode passar a ser considerada como admissão implícita de que o investigado é mesmo o pai. A medida consta de proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Originário da Câmara dos Deputados, o PLC 31/07 vai agora a Plenário, para decisão final.

Pelo projeto, os exames devem ser requeridos à Justiça por quem tenha legítimo interesse na investigação, ou pelo Ministério Público. Em parecer favorável, o relator, senador Antonio Carlos Junior (DEM-BA), afirma que o objetivo é proteger a criança em seu direito “de ser cuidada e amparada por seus pais”.

Esterilização para controle populacional de cães e gatos

A esterilização cirúrgica foi aprovada pela CCJ como método de controle de natalidade de cães e gatos. Pela proposta, que segue agora para análise do Plenário, fica proibida a utilização de qualquer outro tipo de procedimento veterinário para esse fim, inclusive o extermínio de animais.

O projeto de lei da Câmara (PLC 4/05) prevê ainda que a esterilização será executada mediante programa em que seja levado em conta estudo que aponte a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação ou quadro epidemiológico; o quantitativo de animais a serem esterilizados por localidade, com base na necessidade de redução da taxa populacional; e ainda o tratamento prioritário a comunidades de baixa renda.

agora é lei

Planos de saúde vão pagar vasectomia e laqueadura

A cobertura obrigatória de ações de planejamento familiar pelos planos e seguros privados de assistência à saúde, incluindo não só métodos de contracepção, mas também laqueadura das trompas e vasectomia, está garantida pela Lei 11.935/09, publicada no *Diário Oficial* do dia 12 de maio. A nova legislação alterou o artigo 36-C da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

A cobertura de casos de emergência que implicassem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente e de situações de urgência resultantes de acidentes pessoais ou de complicações na gestação já era assegurada pela lei. Em abril de 2008, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ampliou o rol dos procedi-

mentos médicos cobertos pelos planos, incluindo vasectomia, laqueadura e DIU (dispositivo intrauterino), mas não era fácil para o cliente conseguir autorização, o que deve mudar.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) acredita que milhares de famílias serão beneficiadas. Ela citou estudo da Unicamp mostrando que 70% dos casais brasileiros usam algum método contraceptivo, porém, a responsabilidade em geral recai sobre as mulheres. Segundo o estudo, 40% das mulheres foram submetidas à laqueadura e 20% usam pílulas anticoncepcionais, mas apenas 0,9% dos homens fizeram vasectomia e 1,8% fazem uso da camisinha. A lei ainda será regulamentada pela ANS.

debates

Especialistas discutem se Lei Rouanet deve ser revogada

Os representantes do Ministério da Cultura, empresários e advogados que participaram de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) divergiram sobre o papel desempenhado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91), cuja revogação é proposta pelo Ministério da Cultura. A principal novidade no anteprojeto que instituiu o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Profic) e revoga a Lei Rouanet é a adoção de mecanismos de financiamentos das atividades culturais, independentemente dos incentivos fiscais.

Roberto Nascimento, do ministério, informou que a proposta, submetida a consulta pública até o último dia 6, recebeu mais de 2 mil contribuições pela internet e foi discutida em encontros realizados em 14 capitais.

O anteprojeto foi defendido

pelo secretário de Cultura do Acre, Daniel Queiroz de Santana. Ele ressaltou que a atual legislação favorece a concentração de recursos no Sul e Sudeste, em detrimento dos estados do Norte e Nordeste.

O anteprojeto foi criticado pelo empresário e produtor cultural Paulo Pélico e pelo advogado Fábio de Sá Cesnik. A proposta do Ministério da Cultura, segundo eles, não resolverá o problema das desigualdades regionais nem a burocracia na distribuição do incentivo à cultura.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a Lei Rouanet deve ser aperfeiçoada e não revogada, como propõe o ministério. Por sua vez, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que, diante da concentração de mais de 80% de recursos da cultura no Sul e Sudeste, é melhor o fim da Lei Rouanet.

Incentivo à pesquisa deve ter marco regulatório

As universidades e suas fundações de apoio deveriam contar no futuro com um novo marco regulatório, que permita aliar a necessária transparência dos gastos com a agilidade indispensável à produção do conhecimento.

Essa foi uma das principais sugestões dadas pelos participantes de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que teve a participação do presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Eduardo Gomes.

O tema foi levantado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que lembrou a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento, em uma época dominada pela economia do conhecimento. Ele admitiu a necessidade de se recuperar a imagem das universidades, abalada por denúncias de irregularidades nas fundações de apoio.

ENSINO TÉCNICO

A oferta de ensino técnico no país poderá passar por uma ampla reforma, com construção de novas escolas, aquisição de equipamentos pedagógicos, reequipagem de unidades já existentes e melhor capacitação profissional de docentes e pessoal técnico-administrativo. Essas medidas estão incluídas em projeto aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que determina a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep).

QUADRAS COBERTAS

A existência de área coberta destinada à prática de educação física, esportes e recreação passará a ser obrigatória para o credenciamento de escolas de educação básica, segundo projeto (PLS 395/08) da senadora Fátima Cleide (PT-RO), aprovado em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), salientou que a criação de espaços nas escolas para a prática esportiva e a recreação inclui-se entre as metas do Plano Nacional de Educação.

Bares e restaurantes podem ser obrigados a repassar os 10%

A legislação trabalhista brasileira poderá ter um novo dispositivo que obrigue restaurantes, bares e assemelhados a distribuir, entre os seus empregados, a taxa de serviço. Atualmente, os tradicionais 10% pagos a título de gorjeta deixam muitas vezes de ser repassados pelos donos do estabelecimento. Na ausência de uma legislação que regule o repasse, o proprietário fica na dependência de acordos coletivos, frequentemente descumpridos.

O projeto (PLS 725/07) que regulamenta o repasse de gorjetas,

da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), será debatido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta prevê ainda, mediante acordo coletivo, a destinação de até 30% do valor arrecadado aos demais empregados que não participam diretamente do atendimento ao público – como, por exemplo, os que trabalham na cozinha ou na limpeza.

O valor pago ao garçom que ultrapassar os 10%, segundo o projeto, pertencerá a ele. As gorjetas também não vão integrar a base de cálculo de direitos trabalhistas.

decisões

APROVADAS INDICAÇÕES

O Senado aprovou indicações do presidente da República para a chefia de missões do Brasil no exterior e cargos em agências reguladoras. José Fiúza Neto teve seu nome confirmado para, cumulativamente com a Embaixada do Brasil na Guiné, exercer o cargo de embaixador na Serra Leoa. Também foi ratificada a indicação de Antônio Carlos do Nascimento Pedro para representar o país no Sudão. João Batista de Rezende foi aprovado para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Ivo Borges de Lima para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

NOVOS EMBAIXADORES

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu pareceres favoráveis às indicações de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para a embaixada do Brasil no Congo e de George Ney de Souza Fernandes para a embaixada na Líbia.

Durante audiência na comissão, os dois diplomatas apontaram a existência de grandes possibilidades de cooperação bilateral entre o Brasil e os países em que devem atuar, o que inclui aumento do comércio externo. Os dois países africanos têm ainda grande potencial de riquezas naturais, especialmente petróleo.

FRONTEIRA NORTE

A CRE instalou a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira Norte do país. A intenção é harmonizar as relações do Brasil com países da região (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru). A subcomissão poderá tratar da associação entre empresas brasileiras com corporações desses países, bem como propor tratados de cooperação e realização de operações militares conjuntas nas regiões de fronteira. Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) foram eleitos presidente e vice-presidente da subcomissão.

EMPRÉSTIMOS

Os senadores aprovaram dois projetos de resolução que autorizam os estados de São Paulo e da Bahia a tomarem empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O governo baiano terá acesso a US\$ 409 milhões para tornar mais eficientes a gestão fiscal e o gasto público, além de garantir novos investimentos, com o objetivo de consolidar o equilíbrio fiscal. Já São Paulo terá US\$ 168 milhões para investimentos em transportes urbanos na região metropolitana da capital – trens urbanos e metrô. Nos dois casos, as operações contam com garantia da União.

COOPERAÇÃO

O Plenário aprovou acordo entre os governos do Brasil e de Moçambique para ajudar aquele país a produzir álcool. Entre outros atrativos, Moçambique pode exportar para a Europa sem as sobretaxas que os brasileiros enfrentam. O Plenário aprovou ainda acordos com Israel (produção de medicamentos), Síria (procedimentos fitossanitários), Guatemala (defesa) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (transferência de condenados) e um adendo ao acordo de Complementação Econômica entre os países do Mercosul e da Comunidade Andina.

SERVIÇO MILITAR

As mulheres brasileiras poderão passar a prestar, voluntariamente, serviço militar em tempos de paz. Atualmente, a Constituição isenta as mulheres e padres do serviço militar obrigatório em tempos de paz. É isso o que diz proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Expedito Júnior (PR-RO), considerou a matéria um avanço, já que estabelece isonomia entre homens e mulheres. A proposta original (PEC 35/08) é do senador Romeu Tuma (PTB-SP), que pretende, assim, oferecer novas oportunidades profissionais às mulheres.



Marconi Perillo (D) foi o relator da medida provisória que corrigiu e criou duas novas alíquotas na tabela do IR

Senado aprova MP que alivia mordida do Leão

Em vigor desde o primeiro dia do ano, medida vai significar renúncia fiscal de R\$ 6,6 bilhões em 2009 e de R\$ 7,5 bilhões em 2010

Por acordo partidário, o Plenário do Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 451/08, que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física desde o primeiro dia de 2009 e criou duas novas alíquotas do tributo.

A tabela que vigorou até o final do ano passado tinha apenas duas faixas (15% e 27,5%). Agora, são quatro faixas (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). Quem recebe até R\$ 1.434,59 está isento do recolhimento de IR na fonte. A mudança nas alíquotas implica uma renúncia fiscal de R\$ 6,6 bilhões neste ano e de R\$ 7,5 bilhões em 2010. Detalhe: a MP já corrige, em 4,5%, as alíquotas do IR para o próximo ano.

A MP 451/08 foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV 4/09) devido às mudanças feitas pelos deputados. Os senadores mantiveram as mudanças e, com isso, o projeto será enviado à sanção presidencial. Entre as mudanças está a permissão para que a União repasse recursos a municípios mesmo que eles descumpram exigên-

cias legais depois do contrato assinado.

O PSDB criticou a alteração durante os debates da matéria na Câmara, sob o argumento de que ela fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator no Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), manteve a permissão, concordando que o momento de crise exige o máximo de apoio a obras que gerem emprego e incentivem a economia. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que as oposições decidiram apoiar o projeto como contribuição para que o país supere a atual crise.

Os senadores da oposição criticaram que a MP trata de 22 assuntos diferentes em 32 artigos. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que votou contra a MP, disse que o governo deveria ter enviado um projeto ao Congresso, e não uma medida provisória. Também votaram contra os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

O PLV 4/09 fixa concessões e incentivos a empresas e os

deputados ampliaram o leque de benefícios, argumentando que eles são fundamentais para a recuperação econômica. O setor de pesca e os times de futebol são alguns dos setores beneficiados pelo PLV.

Um dos artigos da MP proibiu que santas casas e hospitais conveniados do SUS requerem ressarcimento ao consórcio de seguradoras do DPVAT de gastos com vítimas de acidentes automobilísticos. Para o governo, o ressarcimento deve ser feito pelo SUS. Os hospitais reclamam que a tabela do SUS é muito baixa.

Marconi conseguiu compromisso, por escrito, do presidente da Superintendência de Seguros Privados de que proporá ao Conselho Nacional de Seguros a regulamentação sobre tais ressarcimentos. Ficará estipulado que as vítimas poderão pedir às seguradoras o reembolso de até R\$ 2.700 de despesas médico-hospitalares efetuadas em hospital credenciado do SUS, desde que o atendimento tenha sido privado.

projetos aprovados

De 11 a 15 de maio

Plenário

➔ **PLV 4/09** – Elaborado sobre a MP 451/08, que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física desde 1º de janeiro deste ano e criou duas novas alíquotas. Em vez de apenas duas faixas (15% e 27,5%), agora são quatro (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). Quem recebe até R\$ 1.434,59 está isento do recolhimento de IR na fonte. Vai a sanção.

➔ **Mensagens 52 e 54/09** – Indicações presidenciais de José Fiúza Neto para acumular o cargo de embaixador do Brasil na Guiné e em Serra Leoa; e de Antônio Carlos do Nascimento Pedro, para o Sudão.

➔ **Mensagens 36 e 49** – Indicações presidenciais de João Batista de Rezende para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de Ivo Borges de Lima para o cargo de diretor da Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

➔ **PDL 115/08** – Acordo de cooperação nos campos da saúde e de medicamentos entre Brasil e Israel, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006. Vai a promulgação.

➔ **PDL 272/08** – Primeiro Protocolo Adicional ao acordo de complementação econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Mercosul) e Colômbia, Equador e Venezuela (Comunidade Andina), celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004. Vai a promulgação.

➔ **PDL 273/08** – Texto de acordo de cooperação na área de Defesa entre Brasil e Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006. Vai a promulgação.

➔ **PDL 274/08** – Texto de acordo de cooperação técnica sobre procedimentos

sanitários e fitossanitários entre Brasil e Síria, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003. Vai a promulgação.

➔ **PDL 286/08** – Texto de memorando de entendimento entre Brasil e Moçambique na área de biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007. Vai a promulgação.

➔ **PDL 68/09** – Texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005. Vai a promulgação.

➔ **PRS 20/09** – Autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de até US\$ 168 milhões. Vai a promulgação.

➔ **PRS 21/09** – Autoriza a Bahia a contratar

operação de crédito externo com o BID no valor de até US\$ 409 milhões. Vai a promulgação.

Comissões

➔ **PLS 395/08** – Da senadora Fátima Cleide (PT-RO), torna obrigatória a comprovação da existência de área coberta destinada à prática de educação física, esportes e recreação para o credenciamento de escolas de educação básica. Aprovado na CE, vai a Câmara.

➔ **PLS 165/08** – Do senador Adelmir Santana (DEM-DF), autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no DF. Aprovado na CE, vai a Câmara.

➔ **PLS 207/08** – Do senador Efraim Moraes (DEM-PB), institui o Dia Nacional do Sanfoneiro, a ser celebrado a cada dia 26 de maio, data de aniversário do músico Severino Dias de Oliveira, conhecido como Sivuca. Vai a Câmara.

Congresso dará palavra final sobre novas regras para a poupança

Modificação afeta apenas as aplicações acima de R\$ 50 mil, que passam a ser tributadas. Ministro deverá comparecer ao Senado para explicar as alterações

Depois de muita expectativa, o governo anunciou na última quarta-feira mudanças na tributação do Imposto de Renda (IR) sobre os saldos de cadernetas de poupança acima de R\$ 50 mil por contribuinte (identificado pelo CPF). A medida foi idealizada para manter os fundos de renda fixa atraentes e, assim, permitir que os juros continuem caindo (*veja quadro à direita*). A iniciativa, que já recebeu muitas críticas, tanto de operadores do mercado financeiro quanto da oposição, ainda precisa ser aprovada pelo Congresso, em forma de lei, para valer a partir de janeiro de 2010.

Por ter um rendimento mínimo de 6,17% ao ano fixado em lei, a poupança é vista como um limite para a queda dos juros. Por isso, economistas defendiam uma medida mais definitiva para adequar a aplicação a um ambiente em que inflação e taxa de juros são baixos, como ocorre hoje no Brasil.

O governo, no entanto, preferiu adotar medidas que afetam mais diretamente o grande investidor, resguardando o pequeno poupador, para o qual a poupança foi e é originalmente desenhada. Segundo o Banco Central, apenas 1% dos cerca de 90 milhões de cadernetas têm saldo acima de R\$ 50 mil.

Uma mudança maior nas regras, que fazem parte de uma instituição nacional, poderia causar desgaste político ao governo, como a oposição já anunciava ao comparar as medidas em estudo ao confisco da poupança no Plano Collor, de 1990.

Ainda assim, depois do anúncio do ministro da Fazenda, Guido Mantega, senadores da oposição condenaram a taxação de investimentos na poupança, que hoje são isentos de impostos, e esperam a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer – e criticar – a solução apontada.

Para o consultor legislativo do Senado, Marcos Kohler, a fórmula apresentada pelo governo é complicada e só resolve o problema original parcialmente. Isso porque, além de o banco fazer a cobrança do IR sobre o rendimento, ainda será feito o ajuste na declaração anual do imposto, tornando a aplicação e a sua comparação com as demais muito mais complexas.

– Qualquer alteração na forma de cálculo da sua rentabilidade transcende aspectos técnicos e ganha dimensão política. A manutenção de juros fixos de 6% ao ano não é justificada por critérios técnicos, mas por tradição. O governo taxou um pedaço. Fez de uma maneira complicada para tentar livrar o pequeno aplicador. É preciso uma grande ginástica para fazer os cálculos – pondera Kohler, para quem o problema a ser atacado é a “rentabilidade jurídica” da poupança (definida em lei).

Mantega também anunciou que os fundos de renda fixa passarão a pagar menos impostos (o teto cai de 22,5% para 15% sobre os rendimentos), o que vai levar o Tesouro a arrecadar entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3,5 bilhões a menos.



Mantega e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, anunciaram as mudanças na semana passada. A esquerda, reunião de lideranças da oposição no Congresso, que decidiu convidá-los para explicar as modificações nas regras para aplicação em cadernetas de poupança no país

Inflação e juros foram pivôs da mudança

Nas últimas décadas, o Brasil sustentou as regras para remuneração da poupança fixadas em lei como forma de garantir o mínimo de credibilidade para a aplicação. Porém, com a inflação sob controle e os juros em níveis civilizados, as regras começaram a ficar fora de contexto. Para o consultor Marcos Antônio Kohler, a mudança é imprescindível para que o país mantenha a trajetória de queda dos juros.

Entenda por que as regras se mantiveram por décadas e hoje precisam ser revistas:

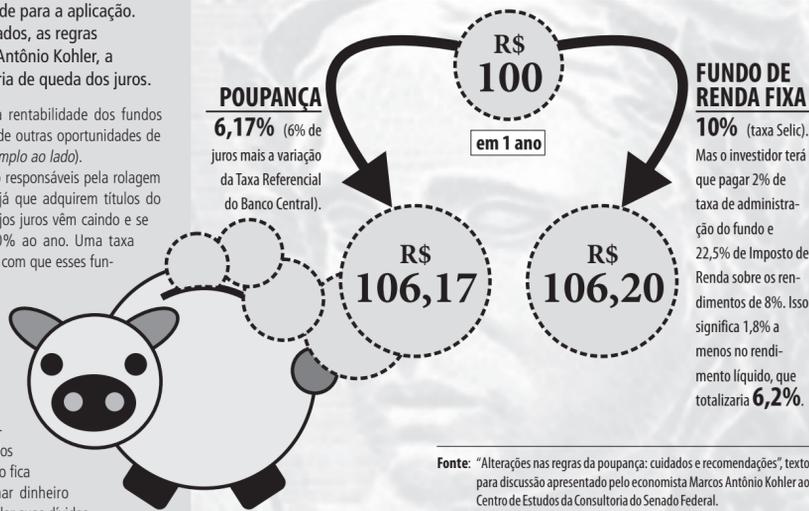
1. Durante o período de inflação acelerada, a correção monetária não era capaz de repor o valor nominal dos depósitos, o que, na prática, reduzia a remuneração real do investimento.
2. Após a estabilização da economia, em 1994, a prática de juros reais elevados fez com que os juros de 6% ao ano da poupança fossem considerados baixos, diante de outras opções de investimento (principalmente fundos de renda fixa).
3. A crise econômica ao final de 2008 derrubou os juros mundiais a níveis próximos de zero em termos nominais, abrindo a possibilidade de o Brasil reduzir a taxa de juros interna, com efeito positivo sobre as finanças públicas e a taxa de crescimento.

O problema é que a rentabilidade líquida da poupança, nunca inferior a 6,17% ao ano, agora

pode ultrapassar a rentabilidade dos fundos de investimento e de outras oportunidades de aplicação (*veja exemplo ao lado*).

Esses fundos são responsáveis pela rolagem da dívida pública, já que adquirem títulos do governo federal, cujos juros vêm caindo e se aproximam dos 10% ao ano. Uma taxa inferior a essa faria com que esses fundos deixassem de ser atraentes e os aplicadores prefeririam a poupança. Se menos investidores aplicarem em renda fixa, os fundos deixam de comprar títulos públicos e o governo fica sem ter como tomar dinheiro emprestado para rolar suas dívidas.

Caso a taxa de juros básica (Selic) caia a 10%, a poupança pode ficar tão atraente quanto os fundos de renda fixa. Veja no exemplo abaixo



Simple, segura e confiável há quase 150 anos

A caderneta de poupança foi criada por decreto do imperador dom Pedro II, em 1861, junto com a Caixa Econômica Federal. A poupança e a instituição se confundem, já que o decreto determinava que a Caixa deveria “receber, a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas e assegurar, sob garantia do governo imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar”.

Desde então, a poupança manteve sua tradição de preservar o dinheiro da população, por ser a aplicação mais simples do mercado, remunerada pela Taxa Referencial diária aplicada mensalmente na data de aniversário da aplicação mais 0,5% ao mês (6% ao ano).

Por conta dessa simplicidade e da garantia observada ao longo dos anos, a poupança, entre

as instituições brasileiras, goza de grande credibilidade, especialmente junto ao pequeno poupador. O dinheiro depositado geralmente serve como uma economia para uma compra futura ou para socorrer o depositante em um momento difícil. A poupança é usada até mesmo como previdência.

Para aumentar a segurança para o poupador, um Fundo Garantidor de Créditos cobre até o limite de R\$ 20 mil da aplicação em poupança, mesmo que o banco onde o dinheiro estiver depositado quebre.

Em quase um século e meio de história, a poupança se notabilizou ainda por ser a primeira a receber depósitos de escravos (em nome de seus donos, entre 1871 e 1888) e das mulheres (casadas, a partir de 1915).

As regras mantiveram-se estáveis nesse tempo e, em 1964, além dos juros, os depósitos passaram

a ter a proteção da correção monetária, calculada pelo Banco Central. Hoje, esse índice foi substituído pela Taxa Referencial de Juros (TR).

As regras são diferentes das utilizadas em países que têm a poupança básica desregulamentada. Ou seja, os rendimentos variam de acordo com as taxas de juros cobradas e as demais aplicações financeiras, sem lei específica.

O período em que a credibilidade da poupança mais ficou ameaçada coincide com os piores momentos da economia nacional, quando planos econômicos sucessivos fracassaram na tentativa de acabar com a inflação. O pior deles ficou conhecido como o “confisco da poupança”, no início do governo de Fernando Collor de Mello, em março de 1990, quando os depósitos acima de 50 mil cruzeiros foram bloqueados.

Naquele período, índices de correção durante as presidências de José Sarney e Collor também foram reduzidos, mas a Justiça sempre determinou, mais tarde, a reposição da correção tradicional, mantendo a confiança da população na poupança.

– O brasileiro convive com a caderneta de poupança no seu modelo vigente (correção + juros fixos) há quase meio século. Por sua tradição e por contar com regras simples e relativamente estáveis, a poupança goza de enorme confiança na população. Conquistou público fiel em todos os estratos de renda, mas principalmente entre os poupadores de menor poder aquisitivo. Adquiriu, dessa forma, um valor simbólico que a distingue das demais aplicações financeiras e a desloca para o campo dos traços culturais do país – sintetiza o consultor legislativo do Senado Marcos Antônio Kohler.



CAE chama presidente do BC para explicar alterações

A pedido do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), convidou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; e os presidentes da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), Luiz Fernando de Souza Emmediato, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, para debater as mudanças na taxação da caderneta de poupança e dos fundos de renda fixa nesta quarta-feira, às 10h.

Flexa Ribeiro afirmou que o assunto está gerando muita ansiedade na sociedade, motivo pelo qual Garibaldi concordou em acelerar os contatos com as autoridades

econômicas do governo, que definem as medidas, para pedir que a reunião ocorra o mais rápido possível.

– Isso está trazendo uma aflição, uma angústia muito grande à sociedade brasileira. Enquanto a Selic apresentou taxas estratoféricas e a poupança tinha o pior rendimento do mercado, o governo não promoveu nenhuma alteração. Os trabalhadores se mantiveram com esse pequeno rendimento, sem a possibilidade de acessar qualquer outro tipo de fundo de investimento – disse.

Já Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que a poupança é uma instituição do povo brasileiro e não um departamento do PT, e é necessário pensar muito antes de modificar a única forma de investimento acessível a toda a população brasileira.

– Não meta a colher na poupança; a instituição é do povo brasileiro, não do governo do PT. Não mexa porque você vai quebrar a cara – recomendou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Na discussão, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a necessidade de se regulamentar a utilização da poupança por grandes investidores.

No mesmo dia do anúncio do ministro da Fazenda, os partidos de oposição DEM, PPS e PSDB criticaram a decisão e afirmaram que “o governo Lula optou por prejudicar o pobre, o aposentado, o trabalhador”.

O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), declarou que “não adianta o governo dizer que mexeu aqui e ali e que a medida afetará os que têm mais e preservará os que têm menos”.



Garibaldi Alves Filho (E), presidente da CAE, atendeu a apelos de Flexa Ribeiro e outros opositores e marcou debate sobre o assunto para esta quarta-feira. Sérgio Guerra, presidente do PSDB, acha que as medidas podem prejudicar pequenos aplicadores

Para economista, medidas podem afetar financiamento habitacional

“Se é desejável que o Brasil deixe de estar entre os primeiros do ranking mundial dos juros reais, é preciso vencer o obstáculo da (agora) alta remuneração real da caderneta de poupança. Porém, não é simples fazê-lo. Essa mudança pode ensejar graves conflitos jurídicos, pois há uma massa de contratos de financiamento já celebrados de acordo com as regras de remuneração hoje vigentes.”

O alerta, do consultor legislativo Marcos Kohler, se refere ao fato de 65% dos recursos da caderneta servirem como fonte de recursos para o financiamento habitacional de longo prazo – os contratos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Esses contratos têm taxas de juros que levam em conta o custo de captação, que inclui o rendimento que os bancos vão precisar devolver para os poupadores. Assim, com a redução das taxas de juros, comparativamente, o custo com a remuneração da poupança (mínimo de 6,17% ao ano) pode ficar muito caro.

Mas, por outro lado, explica Kohler, se houver uma redução da remuneração da poupança, automaticamente os bancos aumentam sua rentabilidade, já que não terão que pagar tantos juros ao poupador.

– Assim, para a preservação da segurança jurídica, é preferível a manutenção do esquema atualizado mais juros do que a implantação, por exemplo, de uma regra de juros pós-fixados relacionados à remuneração de fundos de investimento ou de CDB. Para os contratos já firmados, isso seria virtualmente impossível e ensejaria a proliferação de conflitos jurídicos – analisa Kohler.

O consultor aponta, então, que uma forma alternativa de solucionar o problema seria aumentar a competitividade dos fundos de investimentos por meio da redução do Imposto de Renda incidente sobre essas aplicações e reduzir a rentabilidade líquida da poupança, que poderia ser feita por meio da cobrança de Imposto de Renda sobre essa aplicação, que hoje é isenta. A opinião do consultor, manifestada antes do anúncio do governo, traz os elementos propostos pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

O governo, porém, ainda não decidiu a partir de quando vai aplicar a redução da alíquota do Imposto de Renda sobre os fundos de investimentos. Falta também clareza sobre como a redução do tributo vai valer para as aplicações atuais, que estavam sujeitas às regras anteriores.

Se cair a rentabilidade da poupança, bancos vão ganhar mais

ensino superior

MEC propõe mudar o centenário vestibular

Nota no Exame Nacional do Ensino Médio pode servir de parâmetro para ingresso em qualquer universidade federal. Prova vai privilegiar raciocínio

A cada ano, o vestibular é a aterradora barreira para 5 milhões de brasileiros que sonham com o ensino superior. É bem verdade que o monstro já foi maior. No ano que vem, segundo as estimativas oficiais, um contingente inédito de 1,5 milhão de jovens entrará em alguma faculdade do país, graças primordialmente a programas como o Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda. E o Ministério da Educação (MEC) quer que os estudantes que ingressam no ensino superior sejam avaliados por um novo teste, unificado nacionalmente e que prometa priorizar muito mais a habilidade de pensar do que a capacidade de memorizar.

É uma ambiciosa, porém ainda polêmica, mudança naquele que é o mais usual sistema de acesso às universidades, existente há quase cem anos (1911). Em resumo,

o MEC propôs às universidades federais que um renovado Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) venha a substituir o vestibular como critério primordial de escolha dos calouros. Outra importante novidade é que a nota obtida serviria para o candidato pleitear vaga em qualquer universidade federal do país, independentemente do estado onde vive ou prestou o concurso.

O primeiro novo Enem já ocorreria nos dias 3 e 4 de outubro, constando de 200 questões, sobre quatro áreas de conhecimento (línguas e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática). Nas instituições que aderirem ao sistema, os candidatos deverão inicialmente fazer inscrição em até cinco cursos da mesma universidade ou de outras. Com as notas em mão, todos poderão verificar se sua pontuação é alta o suficiente para ficar com a vaga. Ao perceber que as vagas já

foram preenchidas por candidatos com notas mais altas, o estudante poderá escolher novo curso. O período para trocas deverá durar cerca de duas semanas.

Proposta original do MEC foi flexibilizada

Depois de negociar com reitores, o MEC flexibilizou sua ideia inicial. Além da adoção pura e simples do novo Enem, outras três alternativas foram oferecidas às universidades federais. Elas poderão utilizar o exame como primeira fase da seleção, empregar a nota na prova para atribuir um percentual na avaliação final dos candidatos ou usá-lo para preencher vagas remanescentes.

Na proposta do MEC, cada universidade terá liberdade para definir pesos diferenciados a cada parte da prova: língua portuguesa e estrangeira; redação; matemática; ciências humanas e ciências naturais. O novo sistema também será capaz de levar em conta, a pedido de cada instituição, critérios relativos a ações afirmativas, como cotas raciais ou sociais.

Das 55 universidades federais, 31 já aderiram à mudança

Até sexta-feira passada, 31 das 55 universidades federais já haviam publicamente aderido, em diferentes graus, ao novo Enem. Porém, uma das mais conceituadas do país, a Universidade de Brasília (UnB) anunciou que não aplicará o sistema antes de 2011, mantendo seu próprio vestibular e o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como métodos de seleção.

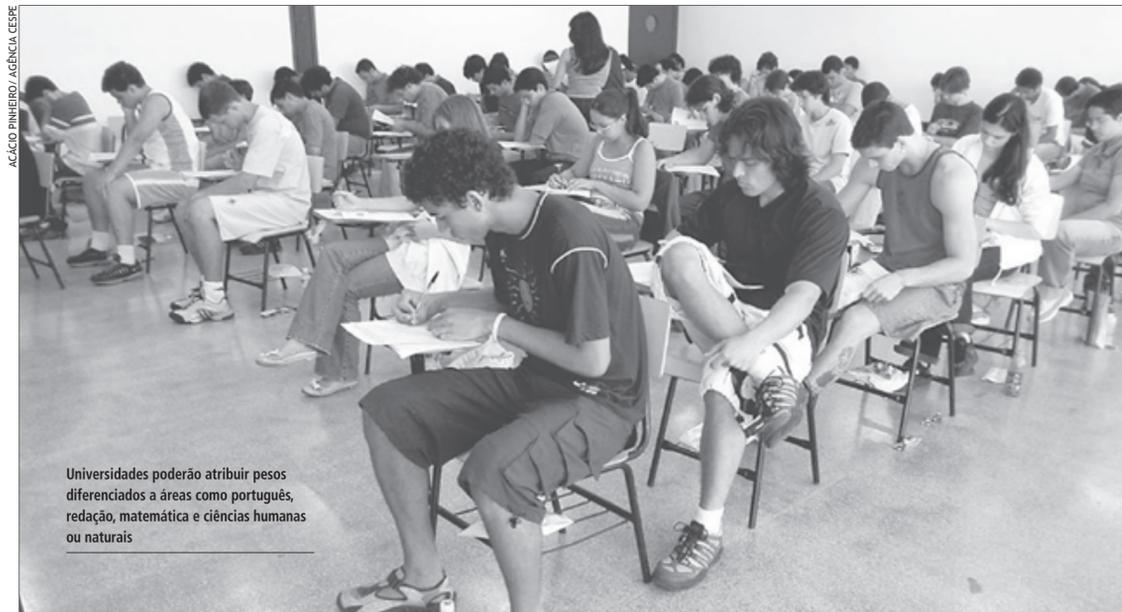
Outras universidades, como a Federal de São Paulo (Unifesp), optaram por um misto das alternativas. A Unifesp usará o Enem

para todos os cursos, porém alguns poderão fazer segunda fase.

Mas a adesão até o fim do novo prazo (30 de maio) deve ser muito maior. As universidades que pretendam usar o exame como fase única de seleção deverão se manifestar antes do dia 20. Levantamento publicado pela revista *Veja* indicou que pelo menos 48 dos 55 reitores das federais pretendiam adotar o modelo. Entre as faculdades particulares, pelo menos 500 (25% do total) já teriam anunciado

planos de aderir.

O Comitê de Governança do Novo Enem definiu o prazo de três anos para a consolidação do processo de seleção unificada. Nesse período, as instituições poderão compatibilizar o novo formato com a sua realidade atual, que em muitos casos inclui a adoção de cotas raciais e (ou) sociais, além de programas de avaliação seriada para os alunos do ensino médio. Ademais, não há veto à aplicação de provas específicas para acesso a determinados cursos.



Universidades poderão atribuir pesos diferenciados a áreas como português, redação, matemática e ciências humanas ou naturais

Como será no Brasil

Escolha da universidade
O candidato poderá escolher, por ordem de preferência, as cinco universidades em que ele deseja estudar (entre as que aderirem à proposta).

UnX
UnA
UnZ
UnK
UnP

O que o MEC quer com a alteração?
Com o vestibular unificado, pretende-se alcançar maior mobilidade de estudantes entre as universidades. Os candidatos que tirarem as melhores notas poderão escolher as instituições onde estudar.

Como será a avaliação?

A prova será composta de 200 questões de múltipla escolha com as matérias: língua portuguesa (com redação), matemática, ciências naturais e ciências humanas. O novo Enem deverá exigir mais raciocínio do que memorização.

O Enem será o único teste aplicado?

As universidades poderão aplicar exames de seleção complementares ao Enem unificado. Por exemplo, cursos como Medicina e Arquitetura não precisarão abrir mão de provas específicas.

Como funciona no mundo

Como sempre sobram jovens e faltam vagas, critérios de seleção precisam ser utilizados para o acesso às universidades. Mesmo nas nações mais ricas, especialmente nas instituições de maior prestígio, a disputa é intensa. Nas últimas décadas, prevaleceu como solução no Brasil o vestibular, muito criticado por estudantes e educadores. A proposta de mudança em discussão tem semelhanças com os modelos francês e japonês. Confira que métodos são usados por alguns países.

França

Acesso: O resultado do baccalauréat (exame nacional de conclusão do ensino médio, do qual participam todos os estudantes) é decisivo na escolha dos candidatos que vão conseguir ingressar nas universidades. O conteúdo da prova varia de acordo com a modalidade de ensino médio cursada pelo aluno: geral, tecnológico ou profissional. De acordo com a pontuação, a universidade pode aceitar ou recusar o candidato à vaga.
Custo: Todas as instituições de ensino superior francesas são públicas e "gratuitas", mas é preciso pagar anualmente uma taxa de inscrição e uma de seguro-saúde. Somadas, ficam em torno de 500 euros. Valor em reais: R\$ 1.405 anuais.

Reino Unido

Acesso: Semelhante ao americano, no sistema britânico o aluno primeiramente se cadastra no site do Serviço de Admissão nas Universidades e Faculdades (Ucas, sigla em inglês), órgão governamental que centraliza as inscrições para os cursos superiores. Fornece online dados pessoais, suas notas de aprovação no ensino médio e o nome de até seis cursos e instituições de ensino que gostaria de frequentar. Se aceito, precisa enviar o histórico escolar do ensino secundário, uma carta de recomendação de um ex-professor e um texto explicando por que deseja fazer aquele curso. Algumas instituições exigem ainda que os candidatos de Medicina e Direito realizem exames específicos.
Custo: Todos os cursos são pagos, variando as anuidades entre 7 mil libras esterlinas e 21 mil libras por ano (caso de Medicina, por exemplo). Valor em reais: entre R\$ 22,3 mil e R\$ 66,9 mil anuais.

Estados Unidos

Acesso: Ao final do equivalente ao ensino médio brasileiro, o aluno se submete ao Scholastic Aptitude Test (SAT), prova padrão e de abrangência nacional que avalia conhecimentos de matemática e inglês. A nota no SAT, o histórico escolar, uma redação de apresentação pessoal e cartas de recomendação de professores são reunidos e enviados às universidades e cursos que o estudante pretende frequentar.
Custo: Todas as universidades são pagas, por isso, ao pleitear uma vaga, o candidato também precisa mostrar que tem como custear as anuidades, que variam entre US\$ 10 mil e US\$ 35 mil. Estudantes com altíssimo aproveitamento acadêmico ou atlético podem receber bolsas parciais ou integrais. Valor em reais: entre R\$ 22,5 mil e R\$ 78,7 mil anuais.

Japão

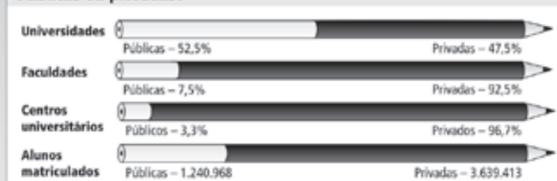
Acesso: Semelhante ao que propõe hoje o MEC, no Japão os estudantes prestam uma prova única, adotada pela maioria das universidades públicas e por algumas particulares e elaborada pelo Centro Nacional de Exame de Admissão à Universidade. Se aprovado, o candidato parte para uma segunda seleção, a já mais direcionada para o curso que ele pretende realizar. Não terminado quanto o vestibular brasileiro, o teste japonês faz muitos alunos buscarem cursos preparatórios semelhantes aos nossos.
Custo: Todas as universidades japonesas são pagas, até mesmo as mantidas pelo governo. Gastam-se anualmente entre 850 mil ienes (públicas) e 1,4 milhão de ienes (particulares), incluídos aí anuidade, transporte e material didático. Valor em reais: entre R\$ 18,2 mil e R\$ 32,9 mil anuais.

Números do ensino superior brasileiro

Quantos, onde e fazendo o quê?

4.880.381 estudantes, dos quais 615.542 em instituições federais
1.481.955 alunos fazem o primeiro ano
23.488 cursos em funcionamento
2.281 instituições, das quais apenas 183 são universidades

Públicas ou privadas?



Distribuição dos alunos



Fonte: Censo da Educação Superior de 2007 do Inep, divulgado em fevereiro de 2009.

Trocar forma de seleção não basta, dizem senadores

Apesar de considerar importante um avanço na forma de acesso às universidades, que permita o enfoque do teste em questões mais críticas e mais subjetivas, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) acredita que mexer apenas nesse aspecto não é o ideal. Segundo ela, é muito mais relevante se discutir o ensino médio.

– Temos a proposta de alterar o currículo e a carga horária do ensino médio. Hoje, faltam professores, bibliotecas, laboratórios no ensino médio. Então, como vamos exigir do aluno uma performance boa no acesso à universidade se ele não tem condições efetivas de conhecimento? – disse a senadora, que como deputada federal ajudou a elaborar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que a autonomia das universidades é um ponto importante.

A parlamentar acha positivo que a proposta original do MEC, que não oferecia muitas opções às universidades, tenha evoluído para um sistema em que há quatro alternativas de adesão ao novo Enem. Marisa lembrou ainda que a mudança no vestibular não é “algo solto”, pois se insere dentro de uma discussão que o país precisa travar: a federalização do ensino.

– Isso implica as prefeituras e os estados não mais cuidarem do

ensino, mas apenas da parte operacional. Professores e currículos seriam federalizados. Essa é a grande questão de fundo. E é preciso discutir se é nesse rumo que deve caminhar a educação brasileira – concluiu Marisa.

Na visão do ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque (PDT-DF), não há outra saída a não ser federalizar as escolas públicas municipais e estaduais. Cristovam citou como argumento os resultados do Enem 2008, em que as escolas federais de nível médio figuraram entre as melhores do país. A média alcançada pelas escolas federais foi 63,59 em 100, contra 47 das estaduais e as municipais e 61 das particulares. Cristovam avalia que seriam necessários 20 anos para federalizar todas as escolas do país.

Sobre a proposta do MEC, o senador está convicto de que a unificação dos vestibulares vai acabar com a ansia dos alunos por prestarem exames em várias cidades brasileiras. Ele disse que hesitou em apresentar esse projeto quando ocupou o cargo, por causa da reação “das parcelas mais ricas da sociedade”, que fazem vestibular em cada cidade.

– Sua proposta vai dar igualda-



Marisa Serrano: proposta de alterar currículo e carga horária do ensino médio



Cristovam: federalizar escolas municipais e estaduais para garantir qualidade

de de oportunidades. O senhor teve a ousadia e a coragem de comprar essa briga – elogiou Cristovam, em encontro com o ministro Haddad no Senado.

Menos decoreba e mais compreensão do conteúdo

Na avaliação de especialistas em educação e professores de cursinhos pré-vestibular, a mudança que o MEC pretende implementar trará alterações substanciais na forma como o aluno deverá se preparar para o teste. Os vestibulares atuais, de modo geral, priorizam o conhecimento extensivo, ou seja, cobram do aluno a memorização de uma enorme quantidade de informações. O ministro Fernando Haddad disse que, no novo modelo, será dada prioridade à capacidade de solucionar problemas nas chamadas quatro grandes áreas do conhecimento.

Para o professor Sérgio Oliveira, que ensina português em cursinhos preparatórios do Centro-Oeste há mais de 15 anos, a mudança no vestibular pode contribuir para uma melhora do ensino médio.

– Um dos primeiros efeitos é que o novo sistema vai ajudar a livrar as escolas da velha cultura da decoreba. Professores e diretores terão que ajustar os currículos e as pedagogias para incentivar os alunos a aprender de uma nova forma, desprezando o acúmulo de dados em benefício da capacidade de compreender o processo em si.

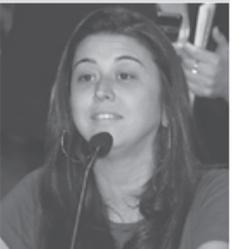
Escritor, Ph.D. em Economia, mestre em Educação e um dos maiores especialistas na área no Brasil, o professor mineiro Cláudio de Moura Castro defendeu, em artigo recente, mudanças no ensino médio que podem ser facilitadas com o novo método de ingresso nas universidades.

– Mais de três quartos dos alunos do ensino superior entraram em cursos em que o vestibular é apenas uma liturgia, pois passam quase todos. O que é ainda pior, escolas em que poucos entram no superior acabam seguindo a boiada e tentando ensinar demais. Ou seja, para pescar o 1% que vai para a medicina, arrasta-se todo o ensino médio para a superficialidade de decorar infundáveis nomes de bactérias, enzimas e pedaços das células.”

UNE defende avaliação seriada, e não prova única

A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf, condena o formato de uma única prova anual, concentrada em poucos dias, que traria uma grande limitação à eficácia da avaliação. Para ela, o Enem deve ser seriado, ou seja, expandido para as três séries obrigatórias do ensino médio. Ela defende, assim, um modelo muito semelhante ao Programa de Avaliação Seriada (PAS), adotado pela Universidade de Brasília e por outras instituições. Lúcia Stumpf também viu “fatores positivos” na proposta do MEC, ressaltando que é preciso mais discussão antes de colocá-la em prática.

– O formato analítico do Enem valoriza a capacidade crítica do estudante. As alterações propostas aproximam a universidade da formulação do Enem. Em nota divulgada no final de abril, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) admite que o atual modelo de vestibular ainda “apresenta limites e insuficiências que constituem obstáculo para maior inclusão de amplos segmentos da sociedade” e destaca que a proposta final do MEC incorporou muitas das sugestões feitas pelas próprias universidades. Mas a Andifes não assumiu claramente a defesa da proposta. Anunciou sua intenção de, “respeitando a autonomia, diversidade e especificidades regionais, participar do novo modelo de processo seletivo, adotando alguma das opções apresentadas pelo MEC”.



Lúcia Stumpf, presidente da UNE, afirma que Enem favorece capacidade crítica do estudante

O Senado em vigília pela Amazônia

Parlamentares, artistas, ambientalistas, índios e crianças promovem mobilização no Plenário alertando para necessidade de preservar a natureza

Entre 19h de quarta-feira e 3h da madrugada de quinta, o Plenário do Senado serviu de palco para parlamentares, artistas, ambientalistas e líderes indígenas se unirem em torno de um objetivo: chamar a atenção do país para a necessidade de se preservar a Amazônia.

A vigília – promovida pelas comissões Mista do Aquecimento Global, de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) – contou com a participação da sociedade, que enviou ao Senado cerca de 8.300 mensagens por e-mail e por telefone durante o período da reunião.

Os atores Christiane Torloni e Victor Fasano, do movimento Amazônia para Sempre, entregaram aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, abaixo-assinado com mais de 1,1 milhão de assinaturas em defesa da Amazônia.

Sarney se declara “soldado em defesa da Amazônia”

Durante a vigília, José Sarney disse que se alistava como “soldado” para defender a região dos danos ambientais. Na opinião do

senador, preservar a Amazônia é uma tarefa nobre e necessária em função do que ela representa para o Brasil e o mundo.

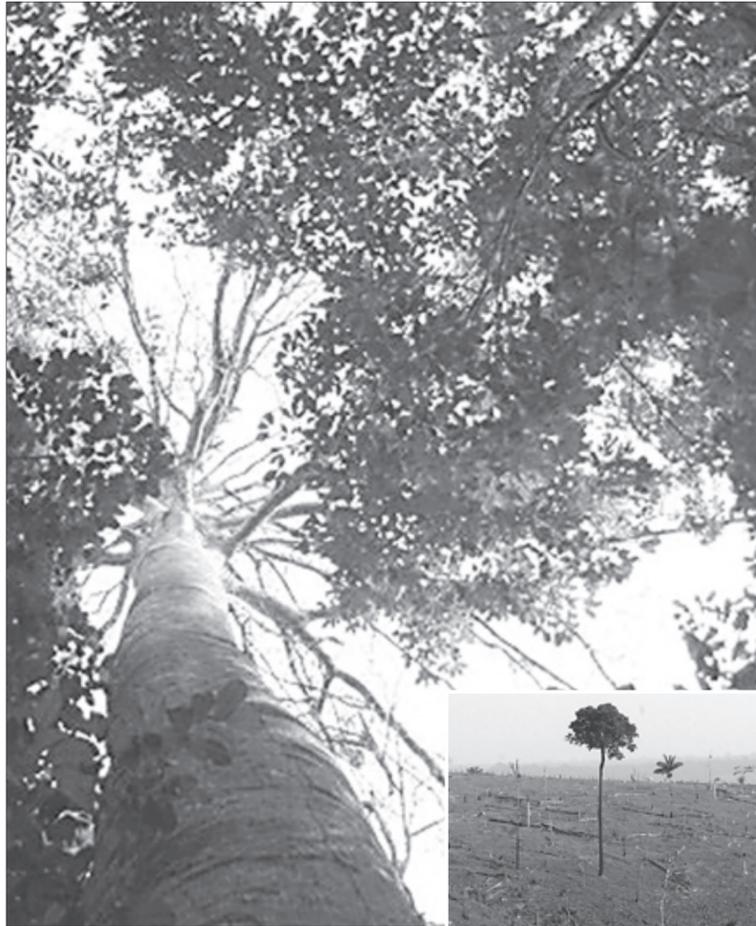
– Lutar pela preservação da natureza é lutar pela preservação da vida. E eu quero dizer que me alisto como soldado nessa luta da Amazônia para Sempre – declarou o presidente do Senado.

Depois de lembrar que não poupou esforços para viabilizar a vigília requerida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), José Sarney elogiou o caráter do evento, por se revestir de uma aura bíblica:

– Vigiai, nos recomendam os Evangelhos – lembrou o senador, conclamando a todos “a uma vigília total e permanente”.

Ao encerrar a vigília, na madrugada de quinta-feira, Ideli Salvatti, presidente da Comissão Mista do Aquecimento Global, agradeceu a José Sarney pelo apoio ao evento.

A senadora catarinense também agradeceu aos parlamentares e artistas que participaram do movimento, aos servidores do Senado que tornaram a vigília realidade em menos de uma semana e aos mais de 1 milhão de brasileiros que participaram do abaixo-assinado.



ADILSON MORALES/FILCOR



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Exuberância versus destruição: a Floresta Amazônica ainda preservada e um exemplo do que acontece após a intervenção não sustentável

Sarney e Temer recebem lista de projetos prioritários

O presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, receberam de Marina Silva uma lista com nove projetos de lei considerados prioritários para garantir a preservação da Amazônia. Entre eles está o PLS 3.535/08, que institui a política nacional de mudanças climáticas. A senadora Ideli Salvatti, presidente da Comissão Mista do Aquecimento Global, pediu aprovação rápida das matérias.

Após receber o texto, Sarney, Temer e as outras autoridades que participaram da Mesa assinaram o abaixo-assinado Amazônia para Sempre, que já contava com mais de 1 milhão e 100 mil assinaturas, pedindo a preservação da Amazônia.

Ideli abriu os trabalhos citando o ambientalista Chico Mendes: “No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras. Depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora percebi que estava lutando para salvar a Humanidade”.

Michel Temer destacou que o objetivo da vigília era a preservação não apenas da mata, mas de todos os seres viventes na Amazônia, inclusive os humanos.

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), acredita que a questão básica é decidir o que se deseja para a Amazônia: se a região será uma fronteira agrícola ou um bioma que presta serviços à Humanidade.

A representante da Conferência Infância-Juvenil do Meio Ambiente, Mirla Cristina Peixoto Brilhante, pediu aos parlamentares que não deixem a Amazônia virar uma grande pastagem ou uma enorme plantação de soja.

Propostas que visam preservar o meio ambiente

Os nove projetos considerados prioritários entregues por Marina Silva a José Sarney e Michel Temer:

Tramitando no Senado

- PLS 33/08: da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, trata da redução certificada de emissão (RCE), uma unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa correspondente a 1 tonelada métrica de dióxido de carbono.

- PLS 34/08: também apresentado pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, o projeto concede incentivos aos proprietários rurais que mantiverem voluntariamente reservas florestais maiores do que os limites legais.

- PLS 142/07: do senador Renato Casagrande (PSB-ES), autoriza a concessão de benefícios às unidades rurais que adotam sistemas e técnicas produtivas que contribuem para a preservação das bacias hidrográficas.

Tramitando na Câmara

- PEC 115/95: do deputado Gervasio Oliveira (PSB-AP), inclui o Cerrado na relação dos biomas considerados patrimônio nacional.

- PL 1.991/07: do Poder Executivo, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- PL 3.535/08: do Poder Executivo, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- PLS 351/02: apresentado por Marina Silva e conhecido como projeto FPE Verde, compensa os estados que tiverem em seus territórios unidades de conservação ambiental e à Amazônia.

- PL 5.974/05: do ex-senador Waldeck Ornelas (o número original no Senado é PLS 251/02), o projeto conhecido como IR Ecológico dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.

- PL 4.842/98: de Marina Silva (o número original no Senado é PLS 306/95), regulamenta o acesso aos recursos da biodiversidade do país.

Senadores do Amazonas pedem investimentos e ajuda para vítimas

Os três senadores que representam o estado do Amazonas se manifestaram ainda no início da vigília pela preservação da floresta. Arthur Virgílio (PSDB) chamou a atenção para as chuvas que atingem milhares de pessoas e pediu um SOS Amazônia para ajudar as vítimas das enchentes. Ele lamentou a alienação do Brasil em relação à região amazônica e pediu investimento pesado em ciência e tecnologia. Disse que o Brasil só cumprirá seu destino de se tornar uma pacífica potência mundial se souber fazer a exploração correta, sustentável, de seus recursos naturais.

Jefferson Praia (PDT) pediu pressão no zoneamento ecológico da Amazônia. Lembrou que há 25 milhões de pessoas vivendo na região e que é preciso maior presença do Estado brasileiro. Ele também pediu mais investimentos em ciência e tecnologia e criticou a lentidão das ações.

– Temos um centro de biotecnologia da Amazônia cujo modo de gestão precisa ser logo definido – criticou.

João Pedro (PT) relembrou o ano de 1979, quando, como estudante, participou de um protesto contra o projeto Jari, na Praça da Catedral, em Manaus. Ele chamou seu filho de 12 anos, Iuri, para fazer um aparte. O menino lamentou a destruição predatória da floresta, dos animais e também da vida dos amazônidas.

O senador sugeriu a realização de encontros, em todas as capitais do país, para discutir os problemas da Amazônia. Ele também pediu maior integração com os países vizinhos para impedir a devastação florestal.

Representantes dos estados destacam iniciativas

O secretário do Meio Ambiente do estado do Acre, Eufran Amaral, destacou que as ações adotadas pelo governo acreano preveem simultaneamente o uso adequado das áreas já desmatadas e o manejo sustentável da floresta, por meio do zoneamento ecológico-econômico. Já a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Nádia Ferreira, ressaltou a ampliação do número de unidades de conservação e o aumento das áreas protegidas.



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



JONAS FERREIRA

Ideli (entre Temer e Sarney) abriu a vigília, apoiada por Christiane Torloni (entre Suplicy e Casagrande). Minc (E) e Marina (acima) divergem sobre MP

CRÉDITO PERIGOSO

Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, sustentou que uma grave ameaça à Amazônia é a utilização inadequada do crédito rural. Segundo afirmou, o financiamento da atividade acaba sendo destinado à expansão da fronteira agrícola e não ao manejo sustentável e à tecnologia de ponta. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), disse que o principal risco à região está nos latifúndios improdutivos.

ESPECIALISTAS

Carlos Nobre, do Inpe, afirmou que, se a floresta for desmatada em mais de 40% do seu território ou se a temperatura global subir mais do que 3,5°C, a floresta “não volta mais por milhares de anos”.

Milton Kanashiro, da Embrapa, destacou a necessidade de a agropecuária na região considerar o manejo florestal adequado, de forma que os processos biológicos continuem acontecendo.

Por telefone ou internet, sociedade também deu seu recado

A partir das 19h, na quarta-feira, até as 3h da madrugada, Senado recebeu mais de 8.300 mensagens de todo o país. Abaixo, uma pequena amostra.

“Sugiro que a vigília pela preservação da Amazônia seja permanente.”

Terezinha Freitas – Recife (PE)

“Proponho que se crie um projeto de lei que vise aumentar o número de profissionais do Exército, da Polícia Federal e do Ibama para proteger a Amazônia.”

Magno Santos – Paulo Afonso (BA)

Éder Massakasu Aono – Sorocaba (SP)

“Me sinto impotente e imensamente triste com o desmatamento nas áreas de preservação deste país. Não existe nenhum respeito pela natureza. Abram os olhos e trabalhem. Salvem nosso país, senhores.”

Jussara Renaux – Brusque (SC)

“Vocês não veem que estão cavando os seus próprios túmulos?! Precisamos da natureza para sobreviver e, destruindo-a, automaticamente estamos nos destruindo. O que falta é educação ambiental!”

Francielle de Jesus – Pojuca (MA)

“Espero que a Câmara e o Senado possam trabalhar para preservar a Amazônia e não deixar que os estados definam qual a zona de preservação. Se hoje já há dificuldade em conter o desmatamento com as leis vigentes, a possibilidade de flexibilização fará com que a falta de preservação tome proporções jamais imaginadas.”

Ester Gonçalves – Campinas (SP)

“Em nome do Movimento Mulheres Solidárias Camponesas, apoio a vigília em favor da preservação da Amazônia.”

Hermínia Maria Schuartz – São Mateus do Sul (PR)

“A Amazônia precisa de nós! É nosso dever preservar nossa floresta, sua cultura e seu povo!”

Natália Maria Paranhos – Manaus (AM)

ambiente legal

Minc e Casagrande querem novo modelo

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que o Brasil vive um momento muito difícil em relação ao meio ambiente e à Amazônia. “É inacreditável. Você olha inundações no Norte, secas incríveis no Sul, geleiras derretendo, o nível do mar subindo, o mundo inteiro se preocupa com o clima. E aqui no Brasil vemos uma ofensiva para diminuir as proteções ambientais.”

Já para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), a vigília pela preservação da floresta cumpria um papel de reação “a movimentos que desejam continuar com o velho modelo de desenvolvimento”.

“Crematório de florestas e de cérebros de crianças”

Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos parlamentares que propuseram a vigília, cobrou investimentos pesados em ciência e tecnologia. “O Brasil se transformou em um imenso crematório. A cada minuto queimamos seis estádios de futebol de florestas e jogamos fora da escola 60 cérebros de crianças.”

Eduardo Suplicy (PT-SP), muito emocionado, leu poema de Thiago de Mello em homenagem a Chico Mendes.

Caminhos sugeridos por Serys e Raupp

Serys Shlessarenko (PT-MT) quer mais investimentos em energia alternativa para combater o aquecimento global. Para ela, o Brasil é dos países que têm mais a perder com as mudanças climáticas.

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a criação do Ministério da Amazônia e a aprovação do PLS 342/08, de sua autoria, que “é uma espécie de moratória para cessar a devastação”.

Alerta de Fátima, preocupação de Nery

Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que Rondônia se encontra em estado de alerta: o governo fez acordo para que 35 mil cabeças de gado sejam retiradas da Floresta Nacional Bom Futuro, mas diariamente parte da classe política local vai à reserva incitar os 3 mil moradores da região. Para José Nery (PSOL-PA), não é possível proteger a Amazônia sem proteger sua população, composta por 25 milhões de brasileiros.

O que esperam Fasano e Christiane Torloni

O ator Victor Fasano espera que a vigília forneça material suficiente aos parlamentares para que possam repudiar ações antiecológicas. Já Christiane Torloni, que se emocionou várias vezes durante seu discurso, afirmou que “a natureza grita bem alto que infelizmente já passou de seus limites”.

debates

FOTOS: J. FREITAS



Sérgio Guerra (E), Jereissati e Virgílio na sessão de sexta-feira, presidida por Marconi (sentado, ao lado de João Pedro): Mozarildo leu requerimento para instalar comissão

CPI da Petrobras é confirmada com o apoio de 30 senadores

Proposta pelo PSDB, comissão para investigar irregularidades em licitações da empresa será instalada assim que líderes indicarem membros. Sem sucesso, base governista tentou retirar assinaturas de apoio

A oposição venceu a batalha em torno do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar irregularidades na Petrobras.

A base governista tinha até a meia-noite de sexta-feira para convencer parlamentares a retirar assinaturas do requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR),

lido em Plenário naquela manhã. Assim que o prazo foi encerrado a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, anunciou que 30 senadores mantiveram o apoio. Apenas dois retiraram a assinatura – Cristovam Buarque (PDT-DF) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Com isso, a instalação da CPI depende somente da indicação de seus integrantes pelos partidos,

prevista para os próximos dias.

Na quinta-feira, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI) recusou-se a fazer a leitura em respeito a acordo de líderes para que, antes de criar a CPI, o Senado ouvisse o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), negou ter feito o acordo e voltou a pedir a leitura na sexta,

sendo desta vez atendido pelo 1º vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO).

A CPI irá investigar denúncias de desvios de royalties de petróleo, irregularidades em contratos para construção de plataformas e da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e problemas relacionados a patrocínios na área de cultura.

Jereissati: intenção não é prejudicar empresa

“A CPI da Petrobras não tem o intuito de prejudicar ou manchar a imagem de uma das mais respeitáveis empresas nacionais”, afirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele defendeu a instalação da CPI para apurar possíveis irregularidades envolvendo a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para Jereissati, a proposta é evitar que a estatal tenha seu nome envolvido em escândalos.

A tese de que a criação de uma CPI para investigar a Petrobras pode produzir efeitos negativos sobre a posição da empresa no mercado foi condenada pelo presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE).

Comissão é contra a Petrobras, diz João Pedro

Para o senador João Pedro (PT-AM), a CPI que deverá investigar irregularidades na Petrobras é contra a estatal. – Essa CPI, na pré-eleição, é contra a Petrobras, pois não ajuda a empresa a fazer o enfrentamento da crise internacional, como também não ajuda nos desafios que a empresa deve enfrentar para concluir obras históricas e para fazer a prospecção do pré-sal na costa brasileira – afirmou.

João Pedro disse que a Petrobras não é contra a transparência de suas ações e defendeu ainda a punição de qualquer diretor da estatal que faça má utilização de recursos da instituição.

Gabrielli afirma que CPI pode virar “palco midiático”

Depois de se reunir, na quinta-feira, com o presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, advertiu que uma CPI pode trazer instabilidade à empresa. Conforme o dirigente, no curso de uma investigação, a imagem da Petrobras no Brasil e no exterior pode sofrer prejuízos em razão do que ele chamou de “insinuações infundadas”.

– Uma CPI em torno de fatos não concretos pode se transformar num palco midiático com consequências graves – alertou Gabrielli, ao dizer que a Petrobras tem 700 mil acionistas e é uma empresa muito observada.

Mais duas CPIs são criadas. Uma é derrubada

Além da CPI da Petrobras, outras três comissões parlamentares de inquérito tiveram seus requerimentos de criação lidos em Plenário na sexta-feira.

Uma delas, porém, sugerida por Romeu Tuma (PTB-SP), também sobre irregularidades na Petrobras, perdeu o apoio de oito senadores e foi arquivada. Foram confirmadas a CPI proposta por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para investigar o conflito em torno da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, e a sugerida por Cristovam Buarque (PDT-DF), para apurar as causas do retrocesso na qualidade da educação básica.

Mozarildo lembra 64 anos do PTB

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou em discurso os 64 anos de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Criado pelo presidente Getúlio Vargas em 14 de maio de 1945, a legenda se notabilizou, na visão de Mozarildo, por abraçar a luta em favor dos direitos dos trabalhadores sem reforçar o conflito entre capital e trabalho.

– A vocação histórica do PTB é a defesa do trabalhador, mas sem criar um clima de esquizofrenia contra o empregador, o que nos garantiu o caminho que atingimos hoje – comentou. Para o senador, o reformismo sobressaiu como orientação consciente e manifesta do partido desde suas origens. Atualmente, o PTB conta com sete senadores, 24 deputados federais e 60 deputados estaduais.

Virgílio elogia edição de MP das enchentes

Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de liberar R\$ 1 bilhão, por medida provisória, para estados atingidos por enchentes e secas (*leia mais na página 3*). O senador disse esperar que, na distribuição dos recursos, o governo não leve em conta o tamanho da economia ou da população do estado, mas a gravidade dos danos. Ele afirmou que o Amazonas “está debaixo d’água” e que cerca de 300 mil pessoas sofrem com as enchentes. Os rios Madeira e Amazonas continuam subindo, alertou. O senador enalteceu a vigília feita na quarta-feira em defesa da Amazônia com a participação de artistas, ambientalistas e políticos.

homenagem

Sessão marca bicentenário da Polícia Militar do DF

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) completou 200 anos na semana passada. A corporação foi criada no dia 13 de maio de 1809 como a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro. O bicentenário foi comemorado em sessão solene do Congresso Nacional a pedido dos senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Adelmir destacou o papel que a corporação teve quando a sociedade brasileira uniu-se para implantar as faixas de pedestre.

– Mais de dez anos se passaram, e Brasília tornou-se exemplo nacional pelo respeito à faixa de pedestre – afirmou.

O senador aproveitou para pedir a aprovação do plano de cargos para a Polícia Militar e o

Corpo de Bombeiros do DF, em análise na Casa Civil da Presidência da República.

Cristovam Buarque disse que, como governador do Distrito Federal, pôde testemunhar o profissionalismo e a disciplina da PM. Serys Slhessarenko (PT-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) também elogiaram o trabalho da instituição.

Senadores celebram os 100 anos da Universidade Federal do Amazonas

Fundada em 17 de janeiro de 1909, como Escola Universitária Livre de Manaus, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) foi a primeira instituição universitária brasileira. A pedido de Jefferson Praia (PDT-AM), o Senado realizou sessão especial para celebrar o centenário. Praia destacou o idealismo e o amor ao

saber e à cultura que serviram de impulso aos fundadores.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) recordou que, na época, Manaus era uma das cidades mais prósperas do país devido à riqueza da borracha. João Pedro (PT-AM) salientou o papel estratégico da instituição na pesquisa sobre a Amazônia.

institucional

Sarney anuncia redução na estrutura do Senado

Diretorias caem de 41 para sete, numa redução de 83%, acompanhada de diminuição de 53% das assessorias e de 50% nos níveis intermediários

O presidente do Senado, José Sarney, apresentou a proposta de reforma administrativa encomendada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que prevê redução imediata de 30% na estrutura do Senado e de até 40% nos próximos seis meses.

A proposta ficará aberta a consulta pública durante 30 dias, seguidos de outros 30 para consolidar as sugestões de mudanças. Só então será implementada.

– Dentro de pouco tempo, o Senado estará aparelhado para o exercício das funções que a democracia exige. Essa é uma proposta preliminar, que inclui o planejamento estratégico, o mapeamento dos processos organizacionais, um plano diretor de tecnologia da informação, auditoria da folha de pagamento e, sobretudo, um

plano de cargos e carreiras em que o progresso profissional esteja vinculado à capacitação, competência e desempenho – resumiu Sarney.

A reestruturação reduz em 83% o número de diretorias da Casa (de 41, passam a sete) e transforma a atual Diretoria Geral, hoje um órgão central de coordenação e execução, em Diretoria Geral de Administração.

A FGV constatou que, dos 110 cargos identificados com denominação de diretor, apenas 41 efetivamente têm funções diretivas. Cerca de 53% das assessorias e 50% das posições de nível intermediário também seriam eliminadas.

Outra conclusão da proposta é que os níveis de remuneração no Senado são compatíveis com os do Executivo e que não existe nenhum indicador técnico

que justifique a redução de salários.

O 1º secretário do Senado, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que, independentemente da reforma administrativa, a redução de custos já começou.

– O presidente Sarney já anunciou a redução de R\$ 50 milhões [nas despesas], mas estamos pedindo R\$ 70 milhões de corte – declarou.

Para Heráclito, a proposta da FGV tem aspectos positivos e negativos. Perguntado se é possível diminuir a estrutura para sete diretorias, Heráclito respondeu que não. Ele disse que, em 1991, havia 15 diretorias e que, de lá para cá, vários órgãos foram criados, por exemplo, a TV Senado.

Outra questão mencionada pelo 1º secretário foram os cargos terceirizados. Segundo ele, haverá mudanças para que se promova o necessário equilíbrio entre concursados e terceirizados.

– Temos áreas críticas onde o terceirizado desempenha um papel preponderante. Não vamos acabar com o terceirizado – afirmou Heráclito.

Ao parabenizar José Sarney pelo anúncio das medidas de modernização administrativa, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu em Plenário que os ex-diretores Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi, envolvidos em denúncias de esquema de corrupção publicadas pela revista *Época* sejam ouvidos pela Mesa.

Em resposta, Sarney comprometeu-se a convocar os dois servidores para serem ouvidos na próxima semana. De acordo com o presidente, o assunto será levado à Mesa nesta quinta.

Para Heráclito, proposta tem pontos positivos e negativos

SITUAÇÃO ATUAL → PROPOSTA DA FGV

38 secretarias

2 secretarias
22 departamentos assessorias controladoria

73 subsecretarias

55 coordenações

são eliminados:

43 gabinetes de subsecretarias
24 gabinetes de secretarias
8 assessorias nos escalões intermediários
54 unidades operacionais (nível de serviço)

presidência

Heráclito Fortes



José Sarney recebeu os agradecimentos do ministro da Cultura, Juca Ferreira, pela aprovação da lei que criou o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em discurso durante a solenidade de posse da diretoria do Ibram, no Palácio do Itamaraty, à qual compareceu também o presidente Lula.

Sarney: “Há políticos bons e maus. É preciso expulsar os maus”

Durante a cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Sarney afirmou que o Poder Legislativo sofre com os erros de seus membros, mas deve ser depurado para que possa cumprir sua missão de representação popular.

– Há políticos bons e políticos maus. O que precisamos é expulsar os maus – declarou.

Em seu discurso de posse, o presidente reconduzido da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, fez uma defesa do Parlamento e criticou a ingerência dos Poderes Executivo e Judiciário no processo legislativo

por meio de medidas provisórias e súmulas vinculantes.

Segundo ele, a normalização da vida democrática exige “uma nova separação de Poderes” e a redefinição do papel do Senado como câmara alta: de um lado, resgatando a sua vocação de “Casa revisora”, e, de outro, assumindo a tarefa de ser “a instância de revisão da própria jurisdição constitucional”.

O Senado, nessa concepção, controlaria os atos do que Bigonha chamou de legislador positivo (a Câmara dos Deputados) e do legislador negativo (o Supremo Tribunal Federal).

GRITO DA TERRA 2009

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Alberto Broch, apresentou a Sarney as reivindicações do Grito da Terra Brasil 2009 – manifestação prevista para a última semana de maio. Entre outros pedidos está um crédito de R\$ 22 bilhões para o Plano Safra 2009/2010.

COPA EM BELÉM

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), pediu o apoio de José Sarney para tornar a capital do estado, Belém, subsede da Copa do Mundo de 2014, que ocorrerá no Brasil. Ana Júlia disse também que conversou com o presidente do Senado sobre os desabrigados pelas enchentes no Pará.

REUNI

O governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), solicitou o apoio de José Sarney a projetos da área de educação. Segundo Gomes, divergências entre oposição e governo estão colocando em risco matérias como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sérgio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

resenha

Um retrato dos senadores do Império

Livro de Afonso Taunay, da coleção Memória Brasileira, traz o registro biográfico de grandes personagens da história

Ao meio-dia de 6 de maio de 1826, com três dias de atraso, dom Pedro I instalou, no prédio do Paço do Senado, no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral do Império do Brasil. Em sua Fala do Trono, o imperador se dirigiu aos membros de ambas as Casas: Câmara de Deputados e Senado, ou melhor, Câmara de Senadores.

A chamada sessão imperial de abertura, segundo a Carta Constitucional de 1824, deveria sempre ocorrer no dia 3 de maio, data em que se comemorava o descobrimento do Brasil até o quarto centenário. O atraso ocorreu por causa de divergências entre as câmaras com relação ao cerimonial.

Dom Pedro I convocou a assembleia porque tinha necessidade urgente de que ela autorizasse um aumento de impostos para que o governo pudesse arcar com os altos custos da guerra na província Cisplatina, dois anos mais tarde reconhecida por Brasil e Argentina como nação independente: a República Oriental do Uruguai.

Da coleção Memória Brasileira, publicada pelo Senado, temos o histórico livro *O Senado do Império*, escrito pelo biógrafo, historiador, ensaísta e romancista Afonso d'Escagnolle Taunay, filho do Visconde de Taunay. A obra, que é uma coletânea



REPRODUÇÃO

biográfica dos senadores do Império, não trata dos fatos acima narrados, mas é um dos melhores registros da história do Senado brasileiro durante o Império.

O livro trata de várias personagens importantes, entre elas: o Visconde de Cairu, que, na passagem de dom João VI pela Bahia, destacou as vantagens de uma abertura dos portos brasileiros às nações

amigas de Portugal; o padre Diogo Antônio Feijó, que se tornaria regente uno do Império entre outubro de 1835 e setembro de 1837; o então Barão de Caxias, que foi nomeado senador pelo Rio Grande do Sul em 1846; e o próprio pai do autor, o senador por Santa Catarina Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay. No mês em que o Senado completa 183 anos, essa é uma leitura relevante para quem deseja conhecer um período de grandes transformações em nosso país, sob o comando da Câmara de Senadores.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

Esse e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço www.senado.gov.br/livraria, ou pelo e-mail livros@senado.gov.br

programação

Gripe suína: o Brasil está de fato preparado para enfrentá-la?

O avanço da gripe suína preocupa as autoridades e a população. A nova gripe, que começou no México, chegou ao Brasil trazida por brasileiros que estavam no exterior, mas agora já há registro de contágio dentro do país.

Como evitar a contaminação? O Brasil está preparado para enfrentar o problema? Ainda há risco de uma pandemia, como no caso da gripe de 1918, que se alastrou pelo mundo e provocou a morte de milhões de pessoas? O *Conexão*

Senado vai debater o assunto com dois senadores médicos. O programa também vai apresentar trechos da audiência pública sobre o assunto com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Conexão Senado

Senado FM e OC
18/5, segunda-feira, às 8h
Internet: 18/5, segunda-feira

Debate sobre o conflito entre legislação ambiental e agronegócio

Santa Catarina ganhou um novo código ambiental no dia 17 de abril. A lei diminui a área de preservação determinada pelo Código Florestal Brasileiro e, por isso, é considerada ilegal pelo Ministério Público Federal e pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Já o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, defende o novo código, argumentando que, se os produtores não tiverem terra para plantar, acabarão nas favelas que circundam os grandes centros.

A questão foi debatida por 11 comissões permanentes do Senado no dia 24 de abril. Participaram do debate especialistas em meio ambiente, pesquisadores, o presidente da Funai, um ministro do Superior Tribunal de Justiça e um representante do Ministério do Meio Ambiente. A Rádio Senado apresentará um registro dessa audiência.

Sintonia Ambiental

Senado FM
21/5, quinta-feira, às 8h30
Internet: 21/5, quinta-feira

Defensores públicos realizam mutirão de orientação jurídica

Dezenove de maio é o Dia Nacional do Defensor Público. Para comemorar a data, os profissionais da área vão realizar um grande mutirão nacional de atendimento e orientação jurídica para a parcela da população que não tem condições de pagar advogado.

Além de informar a sociedade sobre esse direito garantido pela Constituição, o mutirão pretende mostrar às autoridades que o número de defensores em atividade hoje ainda é insuficiente para atender a população carente, principalmente nas cidades do interior do país.

Para falar sobre o assunto, a Rádio Senado convidou o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Castro. Ele vai apresentar a situação da defensoria pública nos diversos estados, após 20 anos de criação do órgão.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
18/5, segunda-feira, às 10h
Internet: 18/5, segunda-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

ProUni

"Hoje, através do ProUni, sou estudante de Direito em uma instituição conceituada do interior de São Paulo. Parabéns todos aqueles que um dia colaboraram com a iniciativa. Posso dizer que esse programa mudou drasticamente minha perspectiva de vida, podendo vislumbrar um futuro realmente diferente daquele que a sociedade me impunha."

Luiz Ricardo Alves Costa, de Ibitinga (SP)

Juizado especial

"Quero manifestar minha indignação com relação ao juizado especial cível. Entrei com uma ação por danos morais contra um banco privado no juizado justamente por ser gratuito e não exigir advogado. Ganhei em primeira instância, mas o banco recorreu. O fato é que agora, para me defender das respostas do banco, eu precisaria pagar um advogado, segundo o juizado. Ora, onde está a Justiça? Será que o tão aclamado juizado, que visa atender quem não tem condições de pagar advogado, é uma falácia? Como no interior do Paraná não existe Defensoria Pública, acabo tendo que abrir mão de lutar pelos meus direitos. É uma vergonha que o antigo juizado de pequenas causas funcione apenas para os grandes."

Sergio Fajardo, de Guarapuava (PR)

Caça predatória

"No estado de Pernambuco, a fauna e a flora estão sendo extintas pela caça predatória e pelo desmatamento. Sugiro aos senadores leis mais rígidas para esse tipo de crime. A população de Pernambuco pede socorro. Com o desmatamento desordenado, a cidade de Condado enfrenta temperaturas mais elevadas e, com certeza, a tendência é piorar, já que a fauna e a flora estão sendo extintas nos últimos anos."

Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Crise

"Temos visto que, por causa da crise, muitos operários estão sendo dispensados e outros aceitam a redução de salários para manter os empregos. Não seria também coerente a demissão de senadores, deputados, vereadores e seus comissionados para fazer economia do dinheiro público? Quanto o país economizaria! No Congresso Nacional, por exemplo, existem mais de 20 mil funcionários, quando as duas Casas funcionariam muito bem com metade desse número. Se a solução para a crise são as demissões em massa de trabalhadores que estão produzindo, não seria justo tomar a mesma medida para a classe política, que está deixando muito a desejar? O problema é que muitos políticos atualmente só produzem para si próprios. É o que acontece na Assembleia Legislativa do Paraná, onde os deputados aprovaram uma aposentadoria especial com oito anos de mandato. Enquanto isso, os demais brasileiros só se aposentam com 30 anos de contribuição e com um salário medíocre, ainda mais se comparado ao dos deputados paranaenses."

Moizes Budin, de União da Vitória (PR)

Energia solar

"A iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia de discutir o uso de energia solar é muito importante e pode dar impulso para medidas mais complexas, como a construção de estações de geração de energia de base solar. Ou seja, a implantação de matrizes energéticas com essa tecnologia para o abastecimento de pequenas cidades e em áreas rurais. A comissão deve abrir o caminho às empresas públicas e privadas que têm interesse em empreendimentos dessa natureza, que podem ser instalados em diferentes locais e topografias e fornecer energia para uso geral em um processo de alimentação sustentável."

Leandro Dimitry Miranda, de Lages (SC)

frases



Eu ouvi do presidente da República que isso é matéria que ele jamais analisará. De maneira que, se ele não analisa, o que direi eu?

José Sarney, sobre a hipótese de um terceiro mandato para o presidente Lula.

A Petrobras é realmente um orgulho nacional, mas isso não é *habeas corpus* para a corrupção. O que nós vamos investigar são os indícios de corrupção. A oposição não pode ser omissa diante de fatos tão graves. A omissão seria a cumplicidade

Arthur Virgílio, ao protocolar pedido de criação da CPI da Petrobras e da ANP.

Para mim, essa CPI é contra a Petrobras, pois não ajuda a empresa a fazer o enfrentamento da crise internacional

João Pedro, ao se manifestar contra a criação da comissão parlamentar de inquérito

É mais fácil o Congresso Nacional aprovar leis para destruir a floresta do que para preservar o meio ambiente

Marina Silva, que, na vigília pela Amazônia, lamentou a existência de 32 projetos em tramitação que seriam um retrocesso na legislação ambiental.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez apenas pequenos avanços tímidos na educação básica do país, mas investiu nas universidades e nas escolas técnicas porque dão voto

Cristovam Buarque, ao defender a educação como o futuro do país.

Se estão procurando uma antiambientalista, se estão pretendendo fazer de mim uma antifloresta, não conseguirão

Kátia Abreu, afirmando que os produtores rurais precisam do meio ambiente para sobreviver.

A poupança é patrimônio dos trabalhadores brasileiros. Enquanto a Selic apresentou taxas estratosféricas e a poupança tinha o pior rendimento do mercado, o governo não promoveu nenhuma alteração

Flexa Ribeiro, sobre o pagamento de IR para poupanças acima de R\$ 50 mil.



O projeto descaracteriza essa história do sujeito que "passou a mão" na criança alegar que não cometeu nenhum tipo de crime; passa a ser crime a partir de agora

Magno Malta, sobre proposta de sua autoria que criminaliza o abuso a crianças "tocadas de maneira imprópria".

Todas as últimas tentativas de reformas políticas foram na direção de reduzir o número de partidos políticos. Essa reforma apresentada caminha na direção de reduzir a participação popular

Renato Casagrande, sobre a proposta de reforma política do governo.



pergunte ao senador

Plebiscito rejeitou monarquia como forma de governo

"O que impede o restabelecimento da monarquia no Brasil?"

Carlos Jean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo do Piauí (PI)

O senador **Marco Maciel (DEM-PE)** responde:

Prezado Carlos, a opção pela forma de governo republicana data de nossa primeira Constituição, de 1891. Todas as cartas que a sucederam confirmaram essa opção. A atual Constituição, de 1988, determinou a realização de um plebiscito para que os eleitores escolhessem entre presidencialismo e parlamentarismo e também para que opinassem sobre se o país deveria continuar sob regime republicano ou restaurar a monarquia, que vigorou até 1889. Esse segundo plebiscito nacional foi realizado

no dia 21 de abril de 1993, ocasião em que o povo confirmou, por ampla margem de votos, a escolha não só da república como forma de governo, mas também do presidencialismo como sistema de governo. Ora, se o povo, que é o constituinte originário – todo poder emana do povo, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 1º da Constituição –, rejeitou a monarquia como forma de governo, entendo que, por força dessa manifestação, a opção pela forma republicana transformou-se em cláusula pétrea. Não há, portanto, como alterar a Constituição para instituir a monarquia.





Trizidela do Vale, no Maranhão, ficou praticamente submersa pelo rio Mearim, seis metros acima de seu nível normal

Como prevenir e enfrentar as enchentes

As enchentes provocadas por fortes chuvas que atingem 13 estados já deixaram mais de 200 mil pessoas desalojadas, hospedadas com amigos e familiares, e cerca de 100 mil desabrigados,

que dependem de abrigos públicos. O *Especial Cidadania* traz explicações sobre esse tipo de desastre natural e as recomendações da Secretaria Nacional de Defesa Civil sobre como prevenir e enfrentar as inundações.

Principais tipos e causas mais frequentes

As enchentes que vêm ocorrendo no país podem ser classificadas em dois tipos, de acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), órgão do Ministério da Integração Nacional.

1) Enchentes repentinas, bruscas e (ou) enxurradas: ocorrem em regiões de relevo acentuado e montanhoso e se caracterizam pelo acúmulo de grande quantidade de água num curto período. São frequentes em rios de zonas montanhosas e vales profundos. Muitas vezes as águas de chuva arrastam terra sem vegetação devido aos deslizamentos nas margens dos rios. Chuvas fortes ou moderadas,

mas duradouras, também podem originar enchentes repentinas, quando o solo esgota sua capacidade de infiltração.

2) Enchentes em cidades ou alagamentos: águas se acumulam nas ruas e nos perímetros urbanos por fortes chuvas em cidades com sistema de drenagem deficiente. O fenômeno está relacionado à redução da infiltração natural nos solos urbanos, provocada por:

- compactação e impermeabilização do solo;
- pavimentação de ruas e construção de calçadas;
- adensamento de edificações, que contribuem para reduzir o solo exposto e concentrar o

escoamento das águas;

- desmatamento de encostas e assoreamento dos rios;
- acúmulo de detritos em galerias pluviais, canais de drenagem e cursos d'água.

O coordenador do Centro de Apoio Científico em Desastres (Cenacid) da Universidade Federal do Paraná, Renato Lima, alerta para os resíduos de construção depositados nos rios em algumas cidades. Essa é uma prática que provoca enchentes, pois, assim como o lixo nas tubulações, os resíduos reduzem a vazão do volume de água. "É uma conduta inadequada da população, que acaba se tornando vítima", afirma o especialista.

O que fazer se o risco de alagamento for iminente

- Não deixe crianças em casa sozinhas.
- Mantenha sempre prontos água potável, roupa e remédios, caso tenha que sair rápido de casa.
- Avise vizinhos, corpo de bombeiros e a Defesa Civil sobre o perigo, no caso de casas construídas em áreas de risco e em áreas afetadas pela enchente.
- Convença as pessoas que moram em áreas de risco a saírem de casa durante as chuvas.
- Coloque documentos e objetos de valor em um saco plástico bem fechado e em local protegido.
- Salve e proteja, antes de tudo, sua vida, a de seus familiares e amigos.
- Tenha um lugar previsto e seguro, onde você e sua família possam se alojar.
- Desconecte os aparelhos elétricos das tomadas e não utilize eletrodomésticos que tenham sido molhados: há risco de choque elétrico.
- Feche o registro de água.
- Não deixe crianças brincando na enxurrada ou nas águas dos córregos: elas podem ser levadas pela correnteza ou contrair doenças como hepatite e leptospirose.

Providências a tomar depois da calamidade

- Enterre animais mortos e limpe escombros e lama.
- Lave e desinfete objetos que tiveram contato com as águas da enchente.
- Retire todo o lixo da casa e do quintal e o coloque para a limpeza pública.
- Certifique-se de que seu imóvel não tem risco de desabamento.
- Ao movimentar objetos, móveis e utensílios, tenha cuidado com aranhas, cobras e ratos.
- Nunca beba água de enchente ou coma alimentos que estavam em contato com essa água.

Cuidados necessários com a água

Água para consumo humano – Pode ser fervida ou tratada com água sanitária, na proporção de duas gotas para um litro de água, ou tratada com hipoclorito de sódio, na proporção de uma gota para um litro de água. Nos dois casos, deixar em repouso por 30 minutos para desinfetar.

Água para limpeza e desinfecção – Deve ter um litro de hipoclorito de sódio para 20 litros de água ou um litro de água sanitária para cinco litros de água.

Obrigações do poder público e participação da comunidade

Prevenção é a palavra-chave quando o assunto é enchente, pois grande parte dos recursos para cobrir prejuízos é pública, ou seja, vem dos impostos pagos pela população. As ações da Defesa Civil têm recursos previstos no Orçamento da União e nos dos estados e municípios.

O Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) é outro instrumento financeiro de resposta aos desastres. A Sedec recomenda que fundos estaduais e municipais semelhantes sejam instituídos.

A política nacional de defesa civil prevê – por meio do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), composto de órgãos federais, estaduais e municipais – a recuperação socioeconômica de áreas afetadas por desastres. Entre as ações, está a realocação populacional e a construção de moradias para populações de baixa renda. O Sindec deve fornecer cestas básicas de materiais de construção. Cabe à comunidade participar do mutirão de obras. O poder público é responsável

também pela recuperação da infraestrutura de serviços públicos e dos ecossistemas.

Dois órgãos são essenciais nas ações de prevenção a enchentes em um município. A coordenadoria municipal de defesa civil (Comdec) é responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município. Sua principal atribuição é conhecer e identificar os riscos de desastres no município, preparando a população para enfrentá-los com a elaboração de planos específicos. Cabe ao prefeito determinar a criação de uma Comdec, mas a iniciativa pode partir das autoridades locais ou dos cidadãos.

Também é necessária a participação da comunidade nas atividades de defesa civil por meio dos núcleos comunitários de defesa civil (Nudecs), grupos comunitários que trabalham de forma voluntária. A instalação dos Nudecs é prioritária em áreas de risco e preparam a comunidade local a dar pronta resposta aos desastres.

O que a prefeitura precisa fazer para evitar as inundações

- Elaborar o plano diretor de desenvolvimento municipal, identificando áreas de risco e estabelecendo regras de assentamento da população. Pela Constituição, esse plano é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes.
- Fiscalizar as áreas de risco, evitando o assentamento perigoso.

- Aplicar multas, quando o morador não atender às recomendações.
- Elaborar plano de evacuação com sistema de alarme. Todo morador deve saber o que e como fazer para não ser atingido.
- Indicar que áreas são seguras para construção, com base no zoneamento.

Medidas de prevenção que dependem de todo cidadão

- Não jogue lixo em terrenos baldios ou na rua.
- Não jogue sedimentos, troncos, móveis, materiais e lixo nos rios, pois afetam o curso desses.
- Ao realizar uma obra, certifique-se de que os resíduos serão depositados em locais adequa-

- dos.
- Não jogue lixo nos bueiros.
- Limpe o telhado e as canaletas de água.
- Não construa próximo a córregos.
- Não construa em cima ou embaixo de barrancos.

O que é?

Situação de emergência

Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal provocada por desastres, causando danos suportáveis e superáveis pela comunidade afetada.

Estado de calamidade pública

Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à vida de seus integrantes.

*Ambas as declarações são feitas por decreto do governador do Distrito Federal ou prefeito municipal.

Projeto

PLS 16/09 – Apresentado pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC), cria programa para a revitalização das áreas atingidas pelas enchentes nos anos de 2008 e 2009. A proposta estabelece que caberá ao governo federal dispor de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil como agentes de financiamento e como gestores dos recursos orçamentários do programa. Aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O autor lembra que, nos verões de 2008 e 2009, "as enchentes caracterizaram-se pelo alto poder de destruição".

Saiba mais

Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec)
Espanada dos Ministérios, bloco E,
7º andar
Brasília (DF) – CEP 70067-901

(61) 3414-5869
www.defesacivil.org.br
(nesse site é possível obter os endereços da Defesa Civil nos estados).